

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.25, n.7-8, p.1-37 julho/agosto 2003



IPARDES

SUMÁRIO

O s trinta anos do IparDES <i>Liana Carleial</i>	2
U ma abordagem regional das finanças municipais <i>Jorge Sebastião de Bem e Frederico Barbosa Bez Batti</i>	4
P araná: nível de atividade econômica em 2003 <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	7
O desempenho das exportações paranaenses no período de janeiro a julho de 2003 <i>Bruno Reinoso Hybner e Joana de Mello e Silva Arruda</i>	11
A gricultura paranaense: safra 2002/2003 <i>Cleber Parnoff</i>	13
A pesquisa mensal de emprego na RMC: metodologia e resultados <i>Sachiko Araki Lira</i>	15
Í ndice de preços ao consumidor em Curitiba no 1.º semestre de 2003 <i>Gino Schlesinger e Maria Luiza de Castro Veloso</i>	18
R eforma tributária e conflitos federativos <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	20
P araná – Destaques Econômicos <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Bruno Reinoso Hybner, Cleber Parnoff e Joana de Mello e Silva Arruda</i>	25
E conomia Paranaense Indicadores Selecionados	28

Os trinta anos do Ipardes

Liana Carleial*

No mês de junho de 2003, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento do Governo do Estado do Paraná, festejou os seus trinta anos. Sua criação ocorreu num momento importante da vida brasileira, no qual as possibilidades de desenvolvimento econômico e social pareciam factíveis e próximas.

O Paraná, por sua vez, vivia uma fase também relevante, pois começava, de forma mais consistente, seu processo de diversificação da estrutura produtiva, até então muito dependente da agricultura. A iniciativa de sua proposição foi do Dr. Nivaldo Krueger (deputado estadual à época), que sugeria um papel mais efetivo para um grupo de estudos instalado no Badesp (Banco de Desenvolvimento do Paraná), estimulado pelo coordenador do grupo Prof. Francisco de Borja Baptista de Magalhães Filho.

O objetivo básico de sua criação, tal como propunha a Lei n.º 6.407, de 7 de junho de 1973, era o apoio e auxílio ao Governo do Estado na realização de pesquisas aplicadas nas áreas econômica e social, elaboração de estudos e projetos de apoio ao sistema estadual de planejamento, acompanhamento da evolução da economia estadual e, ainda, treinamento e aperfeiçoamento do pessoal, capacitando-o à tarefa do planejamento e à pesquisa aplicada.

Ao longo desses trinta anos o Ipardes certamente cumpriu, com brilho, as tarefas que lhe foram atribuídas. Na realidade, a Instituição acompanhou todos os passos do desenvolvimento paranaense: estudou as possibilidades de instalação do pólo petroquímico no Estado, analisou as possibilidades de expansão e diversificação da agroindústria, apontou a tecnificação de sua agricultura e a expulsão dos trabalhadores do campo, desenvolveu análises e estudos sobre a industrialização do Estado e acompanhou a evolução do quadro populacional e social do Paraná.

Além disso, cumpriu um papel muito importante de formador de técnicos qualificados que se espalham nos vários órgãos do governo estadual e federal, Universidades Federal e estaduais, formando uma teia de *ex-ipardianos*, retratando o esforço que o Estado do Paraná empreendeu na construção deste Instituto de pesquisa que pertence à sociedade paranaense.

Como autarquia estadual, evidentemente o Ipardes enfrentou ciclos de maior e menor evidência, uma vez que sua importância está essencialmente

ligada ao papel que o Planejamento (e, portanto, a necessidade de informações qualificadas, análises e estudos) assume em cada governo. Neste momento, o Ipardes ganhou um papel relevante desde os primeiros dias do presente ano, ao oferecer ao Governo e à sociedade paranaenses um diagnóstico preciso e responsável sobre a situação do Paraná e, assim, permitir a elaboração das diretrizes governamentais e o necessário delineamento de sua ação planejada.

Trinta anos após sua criação, as sociedades contemporâneas dependem fundamentalmente da informação e do conhecimento gerados a partir delas, reforçando, de forma crucial, a relevância estratégica de instituições desta natureza. Enfim, a informação é a base central da tomada de decisão governamental.

Atualmente o Ipardes está estruturado em seis grandes linhas de atuação. A primeira delas é a de produção de dados. Enquanto produtor de dados, o Ipardes lança mão, cotidianamente, de sua credibilidade junto à comunidade paranaense, ao pesquisar mensalmente os domicílios da Região Metropolitana de Curitiba em busca do comportamento do mercado de trabalho e de suas oscilações, mediante parceria com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), na aplicação da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Ao lado disso, desfruta desta mesma credibilidade ao investigar o comportamento dos preços dos produtos que compõem a cesta de consumo das pessoas que ganham até 40 salários mínimos em Curitiba, em diferentes pontos de venda, desta vez utilizando a metodologia da Fipe-USP.

Produz dados, também, quando realiza pesquisas diretas, urbanas ou rurais, na busca do conhecimento mais efetivo da realidade paranaense. A credibilidade que lhe garante o acesso às famílias, às empresas e aos produtores foi certamente angariada mediante trabalho árduo e comprometido com essa sociedade.

*Economista, doutora em Teoria Econômica pela USP com estágio de pós-doutorado na Université Paris XIII, no Centre de Recherche en Economie Industrielle. Foi professora adjunta do Programa de Mestrado em Economia da Universidade Federal do Ceará e professora titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR. Atualmente é diretora-presidente do Ipardes e professora visitante da Faculdade de Direito da UFPR.

Sua segunda linha de atuação é a organização e utilização de dados secundários sobre domicílios, famílias e empresas, produzidos, por exemplo, pelo IBGE, registros administrativos produzidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e, ainda, de um conjunto significativo de fontes, tais como as Secretarias Estaduais e as Prefeituras Municipais, entre outras.

A terceira linha se concretiza com a organização desses dois conjuntos de dados em grandes bancos disponibilizados para toda a sociedade. A partir daí, constitui-se uma quarta linha de atuação, configurada pela criação de indicadores socioeconômicos que permitem a compreensão da realidade paranaense (e brasileira), construindo, assim, informações referenciadas e balizadas por procedimentos metodológicos precisos.

Todos esses procedimentos permitem, por fim, a constituição da riquíssima quinta linha de atuação da Instituição, que se consubstancia nos estudos e pesquisas desenvolvidos: estudos populacionais, demográficos, análises conjunturais e estruturais sobre as economias brasileira e paranaense, análises do quadro social e ambiental, identificando os problemas e propondo soluções e alternativas de desenvolvimento numa compreensão integrada do Estado do Paraná.

A sexta linha se consubstancia na ação do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento (CTD), cuja diretoria foi reativada na atual gestão. Esta linha de atuação é também tributária das anteriores, dado que a produção de pesquisa e a experiência dos técnicos permitem a capacitação de quadros para o planejamento e a gestão governamental. Além desta linha de cursos, o CTD está apto, por meio de sua Escola de Governo, a oferecer programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, junto com universidades, a exemplo do Curso de Mestrado que já está em vigência, em parceria com o programa de mestrado e doutorado em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná, que recebe o apoio da Fundação Araucária.

Estas são, enfim, as competências que o Iparde exibe por ter aprendido a FAZER ao longo desses trinta anos.

É verdade que só é possível mostrar essa competência por possuir um corpo técnico de reconhecida qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, que se revitaliza continuamente em torno de valores centrais, como: responsabilidade social inerente àqueles que prestam serviço público, compromisso com a sociedade paranaense e com a qualidade e veracidade da informação, exercício da independência e responsabilidade da análise e interpretação da realidade estudada e, ainda, a necessária capacidade de incorporar críticas.

Somente pela vivência desses valores e do exercício de suas competências o Iparde pode cumprir sua função central de conhecer o Estado do Paraná, dominar a compreensão da dinâmica de seu crescimento, os gargalos que dificultam o seu desenvolvimento e oferecer propostas de intervenção que potencializem suas possibilidades de desenvolvimento.

O Iparde desfruta de um excelente conceito entre as instituições congêneres no país, faz parcerias com universidades e desenvolve pesquisas para órgãos governamentais nos níveis federal, estadual e municipal.

Enfim, a Instituição cumpriu e cumpre as tarefas que lhe foram atribuídas pela lei de sua criação, às quais foram adicionadas novas funções à medida que a ação pública se tornou mais complexa. Por todas essas razões, é referência nacional em estudos urbanos, regionais, sociais, econômicos, ambientais e de planejamento.

É sempre importante informar, entretanto, que tudo isto é feito com apenas noventa e oito servidores (compondo um dos menores quadros entre as congêneres no país) trabalhando efetivamente no Iparde, os quais, em grande parte, estão aqui desde os primeiros tempos de vida da Instituição, o que sinaliza a necessidade de renovação deste quadro, especialmente porque todo este conhecimento e experiência acumulados precisam ser transferidos, transmitidos para as novas gerações de pesquisadores. E esta tarefa exige tempo de convivência, troca de experiências, enfim, aprendizado conjunto.

Argumentamos, ainda, que há uma marca Iparde reconhecida amplamente no país, resultante de um esforço coletivo e que precisa ser preservada.

Os beneficiários desta história são, certamente, o Estado do Paraná e a sociedade paranaense e, conseqüentemente, cada um de seus cidadãos, que podem acessar gratuitamente os dados, informações e estudos produzidos. Assim, caro leitor, se você deseja saber sobre o Paraná, acesse o site www.ipardes.gov.br, que está com uma roupagem nova desde o dia 7 de junho passado!

Por tudo isto, os trinta anos da Instituição têm motivado comemorações sob a forma de seminários e discussões e, também, de festividades que prosseguirão por todo o ano de 2003. Neste artigo, enquanto diretora-presidente do Iparde, parabeno cada ipardiano por esta bela construção, mas aproveite também para felicitar cada paranaense, motivador central e beneficiário final do nosso trabalho.

Como desejamos nos aniversários dos nossos amigos, repito aqui: muitos anos de vida, Iparde!

Uma abordagem regional das finanças municipais

Jorge Sebastião de Bem^{*} e Frederico Barbosa Bez Batti^{**}

A crise atual nas finanças dos municípios decorre de aspectos vinculados ao baixo crescimento da economia e que podem ser observados, de um lado, pela perda de receitas de transferências e, de outro, pela ampliação de obrigações de prestação de serviços em razão do aumento da demanda social, as quais são impostas tanto pela União como pelo Estado. Do ponto de vista das receitas está ocorrendo redução no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), recurso vinculado ao Imposto de Renda e ao Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), que varia de acordo com o valor arrecadado.

Segundo os dirigentes municipais, apesar de iniciar as restituições do Imposto de Renda, o repasse tem sofrido cortes nunca antes atingidos. Para se ter uma dimensão do que representa para os municípios, principalmente nos pequenos municípios, o FPM, segundo Same Saab, vice-presidente da Associação de Municípios do Paraná, “chega a participar com 90% da receita em 250 dos 399 municípios no Estado”.¹

Na verdade, essa perda de receita não ocorreu somente no momento atual. Para o presidente da Associação dos Municípios do Médio Paranapanema (Amepar) e prefeito de Arapongas, José Aparecido Biscaia, “a perda sofrida pelos municípios nos últimos anos é muito grande. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), de 1992 a 2002 os municípios perderam cerca de R\$ 22 bilhões em repasse”.²

Para uma melhor compreensão do que está ocorrendo com as receitas municipais, faz-se, aqui, uma breve análise do comportamento da receita e da dependência dos recursos e de qual é o impacto nos diferentes tamanhos de municípios.

A composição das receitas mostra que existe uma relação entre tamanho e grau de dependência dos municípios segundo a origem dos recursos.

Conforme se observa na tabela 1, para a maioria dos pequenos municípios (com até 20.000 habitantes) a dependência maior são as transferências do governo federal via FPM. Para os municípios médios (com população superior a 20.000 habitantes e inferior a 100.000), há um equilíbrio entre as transferências federais e estaduais e, para os maiores (acima de 100.000), além dos recursos federais e estaduais há uma participação significativa de recursos próprios arrecadados.

Além das receitas consideradas principais, existem outras que vão causar impactos positivos e que estão vinculadas aos empreendimentos hidroelétricos, como os *royalties* de Itaipu e as compensações financeiras pelo uso de recursos hídricos dos rios que formaram represas nas áreas dos municípios e vão fornecer água para geração de energia.

Há ainda os municípios que recebem compensação por mananciais para abastecimento urbano e, também, por manter área com unidade de conservação, denominada de ICMS Ecológico.

A partir dessas informações é possível traçar um perfil das receitas para o conjunto dos municípios do Estado, conforme está sintetizado na tabela 1. Através de médias simples de todos os municípios do Paraná por tamanho de população e das receitas, é possível avaliar o que significa cada uma das fontes e sua importância no montante total. O que chama a atenção é a participação das receitas adicionais vinculada às atividades descritas acima. O mais importante é o significado, para cada um dos estratos, das receitas não constitucionais, podendo-se observar, assim, que vão ter um nível de importância para todos os níveis de municípios. O adicional maior na receita vai permitir um aumento nos valores *per capita* nos pequenos e grandes municípios.

A crise nas receitas dos municípios tem um impacto menor nas transferências à medida que as outras receitas aumentam sua participação, o que pode ser um indicador de que a crise não seria tão grave assim.

Para melhor identificar as razões da crise nas receitas, ou a “agonia dos municípios”, selecionou-se a Mesorregião Oeste do Paraná, composta de 50 municípios, visando identificar em que medida as outras fontes de recursos podem melhorar o desempenho desses municípios e proporcionar uma melhor condição de vida a sua população.

Essa região é uma das mais dinâmicas do Estado, dada a existência de uma agricultura moderna e uma estrutura agroindustrial com reflexos em todos os municípios da área. Pode-se afirmar que é a mesorregião mais homogênea do Estado, quando são comparados os seus principais indicadores com os das outras regiões do Paraná.

Os municípios que compõem essa mesorregião estão distribuídos em pequenos, médios e grandes e vão apresentar uma condição diferenciada, pois 16 deles recebem os *royalties* de Itaipu, o que os coloca em um patamar financeiro superior, devido a esse incremento nas receitas municipais (tabela 2 e gráfico 1).

^{*}Sociólogo, mestre em Desenvolvimento Agroindustrial pela Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, técnico do IPARDES.

^{**}Acadêmico de Ciências Econômicas da UFPR, estagiário do IPARDES.

TABELA 1 - POPULAÇÃO MÉDIA DOS MUNICÍPIOS E MÉDIA DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITAS SEGUNDO ESTRATO DO NÚMERO DE HABITANTES - PARANÁ - 2000 E 2002

ESTRATO	NÚMERO DE HABITANTES		
	Até 20.000	Acima de 20.000 até 100.000	Acima de 100.000
População Média	8.389	42.263	331.793
Fontes de Receitas (R\$)			
FPM (médio)	2.697.664,97	7.633.972,12	49.422.678,69
ICMS (médio)	1.530.527,63	6.518.737,46	46.549.765,37
Outros (médio)	971.003,22	6.024.866,24	89.295.627,02
Fontes de Outras Receitas (R\$)			
Mananciais + U.C (médio)	110.579,79	219.071,08	588.313,14
Royalties Itaipu (médio)	355.823,59	948.165,96	⁽¹⁾ 41.422.939,21
Compensação financeira R.H. (médio)	73.514,66	76.964,62	3.260,70
Receita <i>per capita</i>	684,14	506,86	560,17

FONTES: IBGE, STN, ANEEL, IAP

(1) Valor referente somente ao município de Foz do Iguaçu.

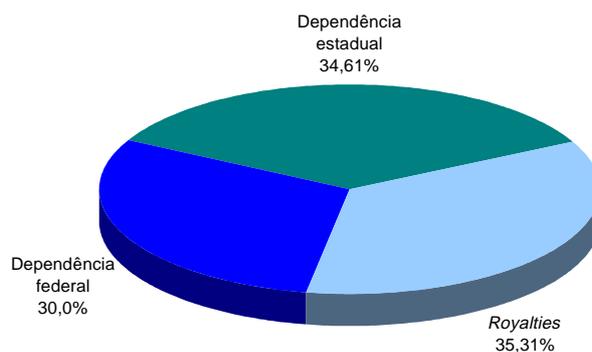
TABELA 2 - POPULAÇÃO MÉDIA E MÉDIA DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITAS SEGUNDO ESTRATOS DO NÚMERO DE HABITANTES NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ - 2000 E 2002

ESTRATO	NÚMERO DE HABITANTES		
	Até 20.000	Acima de 20.000 até 100.000	Acima de 100.000
População Média	8.192	38.713	251.956
Fontes de Receitas (R\$)			
FPM (médio)			
Número	40	8	2
Valores Médios (R\$)	2.760.996,51	7.026.408,56	21.266.092,35
ICMS (médio)			
Número	40	8	2
Valores Médios (R\$)	1.679.963,40	7.569.851,53	57.682.01,21
Mananciais + U.C (médio)			
Número	19	7	2
Valores Médios (R\$)	190.743,27	129.478,22	499.375,21
Royalties Itaipu (médio)			
Número	10	5	1
Valores Médios (R\$)	11.160.757,42	19.004.783,73	⁽¹⁾ 41.422.939,21
Compensação financeira R.H. (médio)			
Número	4	0	0
Valores Médios (R\$)	52.274,51	0,00	0,00
Receita <i>per capita</i>	1.934,16	871,30	479,73

FONTES: IBGE, STN, ANEEL, IAP

(1) Valor referente somente ao município de Foz do Iguaçu.

GRAFICO 1 - PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS NA MESORREGIÃO OESTE - PARANÁ - 2002



FONTES: IBGE, STN, ANEEL, IAP

TABELA 3 - IDH-M E RECEITAS SEGUNDO A ORIGEM E ESTRATOS DO NÚMERO DE HABITANTES, DA MESORREGIÃO OESTE - PARANÁ - 2000 E 2002

MUNICÍPIOS	ORIGEM DA RECEITA (R\$)			IDH-M (%)
	Dependência		Royalties	
	Federal	Estadual		
Até 20.000 habitantes				
Anahy	2.003.174,45	580.872,91	-	0,725
Boa Vista da Aparecida	3.634.219,68	972.063,02	-	0,697
Braganey	2.563.291,62	1.216.408,56	-	0,704
Cafelândia	3.150.510,74	4.255.528,84	-	0,787
Campo Bonito	1.886.389,49	1.191.857,16	-	0,687
Capitão Leônidas Marques	4.451.363,20	6.819.465,49	-	0,751
Catanduvas	3.846.269,76	1.275.009,75	-	0,717
Céu Azul	3.282.542,39	4.562.277,76	-	0,780
Corbélia	4.191.337,37	2.915.162,33	-	0,767
Diamante do Sul	1.960.437,38	510.589,20	-	0,676
Diamante D'Oeste	4.192.081,19	1.046.080,83	1.153.436,51	0,709
Entre Rios do Oeste	2.028.735,26	1.006.812,27	6.748.524,21	0,847
Formosa do Oeste	2.855.922,77	1.690.030,62	-	0,788
Guaraniçãu	5.654.391,88	2.923.357,63	-	0,728
Iberma	2.159.097,64	939.681,56	-	0,722
Iguatu	1.843.490,60	404.923,77	-	0,701
Iracema do Oeste	2.038.560,22	516.218,55	-	0,700
Itaipulândia	1.197.713,21	1.051.656,61	36.867.075,34	0,760
Jesuítas	2.875.993,46	994.422,18	8.321,59	0,761
Lindoeste	2.493.866,58	966.692,25	-	0,715
Maripá	1.920.948,21	2.420.417,93	-	0,845
Matelândia	4.123.983,79	3.876.010,25	-	0,760
Mercedes	1.799.772,09	1.165.742,86	39.630.060,52	0,816
Missal	3.145.899,17	1.975.190,16	8.223.459,15	0,790
Nova Aurora	3.511.667,90	3.152.669,04	-	0,771
Nova Santa Rosa	2.444.421,15	2.195.022,67	-	0,806
Ouro Verde do Oeste	2.176.250,89	1.227.030,28	-	0,764
Pato Bragado	1.856.891,87	912.907,69	9.655.171,64	0,821
Quatro Pontes	1.887.119,54	1.130.389,15	-	0,850
Ramilândia	1.866.367,32	751.447,17	-	0,697
Santa Lúcia	1.950.560,85	824.915,36	-	0,725
Santa Tereza do Oeste	2.717.497,00	1.393.431,01	-	0,735
Santa Terezinha de Itaipu	3.727.504,66	3.084.106,32	8.598.928,70	0,778
São José das Palmeiras	2.35.480,54	688.527,43	398.239,04	0,724
São Pedro do Iguaçu	2.535.852,31	1.892.182,37	-	0,732
Serranópolis do Iguaçu	2.232.094,43	2.881.984,75	-	0,796
Terra Roxa	4.088.256,27	3.436.200,77	324.357,48	0,764
Três Barras do Paraná	5.007.493,02	2.158.125,93	-	0,720
Tupãssi	2.720.267,26	2.242.961,70	-	0,809
Vera Cruz do Oeste	2.473.123,63	1.579.892,67	-	0,737
Acima de 20.000 até 100.000 habitantes				
Assis Chateaubriand	7.397.993,80	6.508.824,13	-	0,787
Guairá	4.826.862,00	3.900.774,79	10.468.574,15	0,777
Marechal Cândido Rondon	7.783.141,70	8.020.703,49	11.511.076,67	0,829
Medianeira	6.946.586,76	4.932.065,50	238.189,49	0,779
Palotina	5.562.255,14	7.581.441,02	-	0,832
Santa Helena	5.638.453,00	3.508.740,15	54.130.606,59	0,799
São Miguel do Iguaçu	3.133.853,88	4.725.853,32	18.675.471,76	0,779
Toledo	14.22.122,21	22.416.235,58	-	0,827
Acima de 100.000 habitantes				
Cascavel	18.874.927,01	33.923.217,65	-	0,810
Foz do Iguaçu	23.657.257,69	82.441.35,17	41.422.939,21	0,788

FONTES: IBGE, STN, ANEEL, IAP

NOTAS

¹MOVIMENTO de municípios pode se espalhar pelo país. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 jul. 2003. p.6.

²PREFEITOS estudam dar “calote” em estatais. **Folha de Londrina**, 18 jul. 2003. p.5.

³MAYER, Elisângela Elisa; ARAÚJO, Maria da Piedade. Impactos dos *royalties* repassados pela Itaipu Binacional aos municípios limítrofes do oeste do Paraná. **Informe GEPEC**, Toledo: Unioeste/Gepec, v.6, n.1, p.23-29, jan./jun. 2002.

A análise das receitas por dependência federal e estadual, em comparação com os *royalties*, perde importância para determinados municípios, tendo em vista que os *royalties* chegam a representar até dezesseis vezes esses valores constitucionais (tabela 3). Assim, para nove deles os valores arrecadados com *royalties* ultrapassam a soma das duas dependências e criam um potencial de investimento muito acima da média dos demais municípios.

A partir desse cenário favorável e por estarem esses municípios longe da crise que assola os demais, agregaram-se à análise os indicadores de desenvolvimento social municipal (IDH-M), para avaliar o desempenho social dos municípios que recebem os *royalties*. Surpreendentemente, observou-se que o maior índice do IDH-M do Paraná está na região oeste, correspondendo ao município de Quatro Pontes, que não recebe nenhum recurso adicional.

Na mesorregião, onze municípios apresentam IDH-M acima de 0,800; entretanto, somente quatro recebem *royalties* e estão acima desse patamar, enquanto os demais, que nada recebem, mostraram um desempenho social igual ou até melhor do que aqueles que os recebem.

A questão principal a ser colocada é: por que municípios com excedentes de recursos não conseguem melhorar a qualidade de vida de sua população?

Segundo estudo recente,

Os valores recebidos pelos municípios podem ser utilizados para promover melhorias nos mesmos, mas diante desses valores resta saber se eles estão sendo utilizados de maneira adequada pelas prefeituras, ou seja, o que esses recursos proporcionaram para os municípios em termos de desenvolvimento econômico e social, como melhoria nas condições de vida da população, acesso³ a saúde, educação e melhorias de infra-estrutura...

Na verdade, o referido estudo não aprofunda a questão do gasto, mas ressalta que tais recursos estão disponíveis até 2023, a partir do qual está previsto o encerramento do tratado que prevê os *royalties*.

Considerando que os recursos adicionais (*royalties*, compensação financeira por uso de recursos hídricos, ICMS Ecológico) podem não estar sendo usados, na maioria dos municípios, para a melhoria das condições de vida da população, e que o montante disponibilizado ultrapassa os R\$ 350 milhões, parece razoável propor a formação de um fundo estadual para o desenvolvimento de ações relevantes em pequenos municípios do Paraná.

Paraná: nível de atividade econômica em 2003¹

Gilmar Mendes Lourenço*

As estimativas de variação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para o primeiro semestre de 2003, levantadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmam um quadro de estagnação econômica. O PIB declinou no primeiro e no segundo trimestres do ano 0,6% e 1,6%, respectivamente, frente aos três meses imediatamente anteriores, descontadas as sazonalidades, representando o pior resultado desde o primeiro trimestre de 1998, quando o país ainda amargava os derradeiros impactos da política recessiva adotada durante a crise asiática. Com isso, o cumprimento rigoroso dos preceitos técnicos permitiria identificar um intervalo recessivo.

Mais precisamente, nos primeiros seis meses do ano houve expansão de 0,3% do PIB em confronto com análogo período de 2002. Esse crescimento foi determinado quase que exclusivamente pela performance positiva da agropecuária (5,7%), pois os serviços registraram incremento de apenas 0,4% e a indústria recuou 0,5%. Lembre-se, aqui, que a recessão é um fenômeno tipicamente industrial.

No interior do setor industrial, o destaque negativo ficou por conta da construção civil, com redução de 6,5%. Na classe de transformação houve decréscimos acentuados nas categorias de produção de bens de consumo duráveis (4,5%), semiduráveis e não-duráveis (3,4%) e bens de capital (2,1%). As quedas mais expressivas ocorreram naqueles ramos com maior vinculação com a demanda interna (consumo, investimento e gasto público), a exemplo de material elétrico e de comunicações (6,9%), vestuário e calçados (14,8%), têxtil (8,5%) e farmacêutica (16,2%).

Também no setor industrial, sondagem efetuada pela Confederação Nacional da Indústria apontou níveis de estoques recordes no segundo trimestre de 2003, em decorrência da frustração da expectativa dos agentes econômicos quanto à queda dos juros e ao abrandamento da austeridade fiscal praticada pelo governo.

Estudo preparado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) revela que a contração da indústria no primeiro semestre de 2003 conduziu alguns ramos a observarem níveis de produção inferiores aos de uma década atrás, notadamente nas áreas de eletroeletrônicos, farmacêuticos, cimento, produtos de matéria plástica, vestuário e fiação e tecelagem. No fundo, ramos que “dependem do mercado interno e não estão ligados à agricultura passam por uma situação crítica nos últimos quatro anos”.²

Do ponto de vista da demanda agregada, a retração dos níveis de atividade é atestada pela compressão dos investimentos, das importações e do consumo das famílias

de 5,4%, 5,3% e 4,7%, respectivamente. Ressalte-se que o consumo acusou a maior queda da história no segundo trimestre, em face da perversa combinação entre compressão dos salários reais, aceleração da inflação e impulsão do desemprego. Logo, o resíduo agregado positivo teria sido puxado pelo consumo do governo (0,3%) e, sobretudo, pela impulsão das exportações (25,3%).

De um modo geral, tais resultados refletem os arrochos monetário e fiscal praticados pelo governo desde o segundo semestre de 2002, dirigidos à contenção do recrudescimento inflacionário derivado da superdesvalorização cambial, motivada essencialmente por movimentos defensivos (ou ofensivos) realizados pelos atores com poder de mercado. A posição de retranca foi assumida por conta das incertezas do cenário eleitoral e da morosidade do Banco Central no desarme das restrições ao funcionamento do aparelho produtivo, particularmente quanto à velocidade de redução das taxas de juros básicas e à flexibilização dos recolhimentos compulsórios das instituições financeiras.

Na verdade, existem fortes especulações de que justamente a expectativa de ocorrência de uma recessão estaria por trás da decisão supostamente ousada tomada pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), em reduzir a taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) em 2,0% em sua reunião de agosto, rebaixando-a para 24,0% ao ano, contra 26,5% a.a. em junho, e o recolhimento dos depósitos compulsórios dos haveres à vista nos bancos (de 60% para 40%).

Mesmo alegando que a desaceleração da produção e dos negócios não seria generalizada, segundo a ata da reunião de agosto do Copom, as autoridades monetárias teriam plena consciência de que a “salvação da lavoura” na primeira metade do ano foi a performance do setor primário e das exportações de *commodities*, em resposta inclusive à depreciação cambial.

É bastante provável que esses números estejam configurando um panorama de “fundo do poço” e que, ainda que de forma lenta, a trajetória econômica do segundo semestre venha a reproduzir a estratégia de flexibilização monetária (cortes dos juros e dos depósitos compulsórios) recentemente praticada pela gestão Lula. Alguns tímidos sinais estariam apontando nessa direção, pontualmente no mês de julho, como a queda nas taxas de desemprego (atingindo 12,8% da População

*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Economicamente Ativa contra 13,0% em junho), a elevação da renda média dos trabalhadores (1,8%) na Região Metropolitana de São Paulo, o incremento nas vendas reais industriais (4,9%) no Estado de São Paulo, o crescimento de 4,1% no faturamento dos supermercados, o aumento de 5% nas vendas de papelão ondulado no país e a ampliação das encomendas do comércio junto à indústria.

A montagem do espetáculo do crescimento exige o prosseguimento mais acelerado da queda dos juros

No entanto, a construção do “espetáculo do crescimento”, anunciado pelo presidente da República, ainda requer o cumprimento de um conjunto de requisitos, com ênfase para a continuidade mais acelerada da queda dos juros, especialmente aqueles cobrados pelos bancos dos agentes privados (empresas e consumidores), e dos depósitos compulsórios, além da criação de condições objetivas para a elevação do investimento (indicador do potencial de expansão futura de um sistema econômico), particularmente a implementação de programas de recuperação fiscal das empresas, a priorização de desobstrução dos gargalos estruturais nas áreas de insumos básicos e infraestrutura e a definição e negociação de uma política industrial, por meio da designação dos ganhadores e perdedores diretos de uma nova etapa expansiva, marcada pela multiplicação das exportações e pela substituição competitiva das importações.

Nesse particular, chama a atenção o desempenho da construção civil, subsetor que exprime de forma precisa a dinâmica da variável investimento e do ciclo econômico, dados os seus efeitos multiplicadores para frente e para trás. Isto porque, na parte de infra-estrutura econômica e social, trata-se de um subsetor altamente subordinado à inversão e ao dispêndio público. Já no lado da acumulação de recursos financeiros para a realização dos investimentos, sobretudo aqueles oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e das cadernetas de poupança, a construção depende dos níveis de emprego e de salários do sistema.

Conforme levantamentos do Ministério do Trabalho, a construção civil ocupa atualmente 1,15 milhão de trabalhadores formais no país contra 1,22 milhão em 1997. Ademais, as vendas de material elétrico de instalação e de cimento decresceram 14% e 10,4%, respectivamente, no primeiro semestre de 2003, segundo apurações da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee) e do Sindicato Nacional da Indústria do Cimento, em consequência da queda de renda da população e dos investimentos públicos e privados e da ausência de uma política habitacional e de saneamento para o país.

De acordo com projeções do mercado, a formação bruta de capital fixo, indicador de investimento, deve fechar o ano em 17,6% do PIB, contra 18,7% de 2002, o menor patamar em dez anos. Se confirmado, o nível previsto será praticamente igual ao de 1994 e o menor desde 1967.

É evidente que, em um primeiro momento, existe alguma margem para a ocorrência de uma reativação produtiva a partir da utilização das margens de capacidade ociosa experimentadas pelos ramos mais articulados ao mercado interno, superiores a 20% em média. Contudo, na ausência de medidas estruturais voltadas, de um lado, à elevação do emprego e dos salários, e, de outro, à viabilização de condições adequadas para a redução do custo do investimento no Brasil (basicamente juros, crédito e carga tributária), tais segmentos podem protagonizar apenas um movimento efêmero, associado a fatores de natureza conjuntural.

Mesmo reconhecendo o reduzido raio de manobra para atitudes mais audaciosas por parte da gestão macroeconômica na direção da reversão da marcha recessiva, principalmente devido à necessidade de resgate da confiança dos mercados, de neutralização dos focos inflacionários e do cumprimento das metas acordadas com o FMI, cumpre avaliar como excessivo o conservadorismo implícito na postura monetária e fiscal do governo, especialmente quanto ao alcance de um superávit fiscal primário de 5,5% do PIB, contra a já rigorosa meta de 4,25%.

Uma breve observação da trajetória de algumas variáveis regionais permite verificar a transposição da situação recessiva do país sobre a economia paranaense ao longo do primeiro semestre de 2003. Esse fenômeno pode ser percebido por meio das quedas contabilizadas pelos principais indicadores dos níveis de atividade dos gêneros industriais de Minerais Não-Metálicos, Material Elétrico e de Comunicações, Mobiliário, Perfumaria, Sabões e Velas, Matérias Plásticas, Têxtil, Produtos Alimentares, Bebidas, Fumo, e Editorial e Gráfica, influenciadas pela compressão do consumo, das despesas públicas e dos investimentos (tabela 1).

Alguns ramos ligados ao agronegócio e/ou ao mercado externo apresentaram comportamento favorável no Paraná no primeiro semestre de 2003

O quadro de sinalizadores, contudo, também permite constatar o comportamento favorável de alguns ramos da base produtiva regional no período em foco, explicado pela evolução de atividades ligadas ao agronegócio e/ou ao mercado internacional, principalmente as indústrias de mecânica, madeira, papel e papelão, química, produtos farmacêuticos e veterinários e alimentos.

Esse desempenho repercutiu positivamente nas atividades comerciais e manufatureiras e no mercado de trabalho regional, a ponto de o Paraná ter experimentado, no semestre, a terceira maior taxa de expansão da produção industrial dentre os estados brasileiros (3,1%), atrás apenas do Espírito Santo e da Bahia; a liderança na evolução do emprego industrial (4,8%); e a menor queda real no faturamento do comércio varejista (0,2% contra declínio de 5,6% do comércio brasileiro), conforme apontado na tabela 2.

TABELA 1 - PARANÁ - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO FÍSICA, VENDAS REAIS E EMPREGO INDUSTRIAL - JAN-JUN 2003

GÊNERO	TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	Produção física	Vendas reais	Emprego
Extração de Minerais	43,2
Minerais Não-Metálicos	-1,0	-30,2	15,7
Metalurgia	17,5	-14,7	4,9
Mecânica	14,1	9,9	8,1
Material Elétrico e de Comunicações	33,7	-38,0	-47,3
Material de Transporte	4,3	2,8	-0,6
Madeira	4,1	31,6	0,1
Mobiliário	1,9	-14,5	-5,7
Papel e Papelão	-4,4	0,1	7,2
Borracha	40,6
Couros e Peles	21,6	17,9	-5,4
Química	3,2	-3,2	24,3
Produtos Farmacêuticos e Veterinários	...	11,1	30,1
Perfumaria, Sabões e Velas	-15,6	-39,8	2,3
Matérias Plásticas	-17,0	-2,4	5,3
Têxtil	-8,5	-47,3	-18,4
Vestuário, Calçados e Artefatos	11,0	14,9	-44,4
Produtos Alimentares	-1,9	-15,3	20,9
Bebidas	-3,8	-24,9	0,0
Fumo	-7,3
Editorial e Gráfica		-7,3	-12,2
Indústria de Transformação	3,0	-10,3	⁽¹⁾ 7,6
Indústria Geral	3,1

FONTES: IBGE, FIEP

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) As diferenças entre as magnitudes das taxas das tabelas 1 e 2 decorrem de particularidades metodológicas apresentadas pelas pesquisas do IBGE e da Fiep.

TABELA 2 - BRASIL - TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO E DO EMPREGO INDUSTRIAL E DAS VENDAS REAIS DO COMÉRCIO VAREJISTA, SEGUNDO PRINCIPAIS ESTADOS - JAN-JUN 2003

ESTADOS	TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	Produção Industrial	Emprego Industrial	Vendas Reais no Comércio Varejista
Ceará	-2,0	-0,6	-8,8
Pernambuco	-3,4	0,0	-7,3
Bahia	4,7	-1,8	-8,2
Minas Gerais	-2,5	-1,8	-3,6
Espírito Santo	19,1	-2,8	-13,3
Rio de Janeiro	0,7	-3,1	-8,5
São Paulo	-0,9	-0,5	-5,2
Paraná	3,1	⁽¹⁾ 4,8	-0,2
Santa Catarina	-3,2	3,2	-1,9
Rio Grande do Sul	2,9	-0,6	-4,9
BRASIL	0,1	0,0	-5,6

FUNTE: IBGE

(1) As diferenças entre as magnitudes das taxas das tabelas 1 e 2 decorrem de particularidades metodológicas apresentadas pelas pesquisas do IBGE e da Fiep.

Ressalte-se que a pequena redução nas vendas comerciais decorreu do desempenho negativo de 5,3% no faturamento do ramo "hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo".

Quanto à demanda internacional, as exportações paranaenses cresceram 70,0% no primeiro semestre, puxadas pelas vendas do complexo soja, que registraram incremento de 210,7%. Cabe esclarecer, aqui, a presença do fator base de comparação deprimida do exercício antecedente, quando o pico da comercialização de soja e de farelo não aconteceu, como habitualmente, na primeira metade do ano. Em 2002, os agricultores e as cooperativas adotaram a estratégia de retardamento dos negócios, na aposta de intensificação da desvalorização cambial. Daí o ápice das exportações de grão e de farelo ter se dado no mês de setembro de 2002, respondendo por mais de 50% da quantidade vendida ao exterior. Presentemente quase 70% da safra colhida já foi comercializada.

Apesar dessa interferência estatística, a performance das vendas internacionais do estado foi afetada positivamente pelo incremento da própria safra de soja, atingindo produção recorde de 11 milhões de toneladas, superando em 17% a do ano anterior. Além disso, outros itens sobressaíram na pauta exportadora, como açúcar, máquinas, carnes, café, papel e material de transporte – principalmente motores –, consolidando a posição conquistada pelo Estado nos anos recentes (tabela 3).

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JAN-JUN 2002-2003

GRUPO	2003		2002		VARIACÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Soja	1 290 940	38,48	415 527	21,05	210,68
Grão	663 341	19,77	149 313	7,56	344,26
Farelo	381 598	11,37	189 063	9,58	101,84
Óleo	246 002	7,33	77 150	3,91	218,86
Material de transporte	720 294	21,47	544 989	27,61	32,17
Automóveis	358 598	10,69	315 202	15,97	13,77
Motores para autoveículos	180 400	5,38	107 180	5,43	68,32
Autopeças	105 473	3,14	79 614	4,03	32,48
Tratores e partes	43 043	1,28	22 948	1,16	87,57
Chassis e carroçarias p/autoveículos comerciais	17 228	0,51	12 220	0,62	40,98
Autoveículos comerciais leves e pesados	13 878	0,41	6 650	0,34	108,67
Outros	1 675	0,05	105 000	5,32	-98,40
Madeira	325 214	9,69	261 044	13,23	24,58
Carnes	296 835	8,85	183 258	9,28	61,98
Aves	219 054	6,53	132 567	6,72	65,24
Suínos	41 944	1,25	23 434	1,19	78,99
Bovinos	28 679	0,85	22 109	1,12	29,72
Outros	7 158	0,21	30 070	1,52	-76,20
Açúcar	61 206	1,82	26 030	1,32	135,14
Café	72 413	2,16	52 703	2,67	37,40
Solúvel	47 541	1,42	34 248	1,74	38,82
Grãos	19 898	0,59	12 101	0,61	64,44
Extratos e essências de café	4 974	0,15	6 355	0,32	-21,73
Máquinas e instrumentos mecânicos	81 462	2,43	46 578	2,36	74,89
Refrigeradores e congeladores	13 912	0,41	8 583	0,43	62,08
Máquinas e implementos agrícolas	18 194	0,54	10 262	0,52	77,29
Partes de bombas para líquidos	13 019	0,39	792	0,04	1 543,60
Outros	36 337	9,52	26 940	1,36	34,88
Papel e celulose	79 868	2,38	62 816	3,18	27,15
<i>Kraftliner</i> para cobertura	21 317	0,64	13 777	0,70	54,73
Cuchê	15 831	0,47	12 337	0,63	28,33
<i>Kraft</i> p/escrita, impressão e gráfica	14 159	0,42	9 272	0,47	52,71
Outros	28 561	0,85	27 431	1,39	4,12
TOTAL	3 355 215	100,00	1 973 782	100,00	69,99

FONTE: MDIC/Secex

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

NOTAS

¹O autor agradece os comentários e sugestões de Julio Takeshi Suzuki Júnior, Coordenador do Boletim Análise Conjuntural do IPARDES.

²PRODUÇÃO da indústria já regride 12 anos. **Folha de S. Paulo**, 11 ago. 2003. Caderno Dinheiro, p. B3.

O desempenho das exportações paranaenses no período de janeiro a julho de 2003

Bruno Reinoso Hybner^{*} e Joana de Mello e Silva Arruda^{**}

As exportações paranaenses totalizaram US\$ 3,92 bilhões nos primeiros sete meses de 2003, apresentando crescimento de 58,88% em relação ao mesmo período do ano passado. O Paraná representou 10,02% do total das vendas externas do Brasil, participação que garantiu ao Estado o quarto lugar no *ranking* nacional.

Constatou-se que, entre os maiores importadores de produtos paranaenses, a União Européia representou 30,80% do total das exportações estaduais, gerando um valor de US\$ 1,21 bilhão, enquanto os Estados Unidos e a China responderam por 14,26% e 12,55%, respectivamente. Esses resultados representaram queda nas participações européia e americana (que eram de 33,66% e 22,49%, respectivamente, no período janeiro-julho de 2002) e aumento expressivo na participação chinesa, que nos primeiros sete meses de 2002 atingiu apenas 2,96% (tabela 1).

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS DE DESTINO - JAN-JUL 2002-2003

MERCADO	EXPORTAÇÕES				
	Jan.-Jul. 2003 ⁽¹⁾		Jan.-Jul. 2002		Variação (%)
	US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)	
União Européia	1 206 948	30,80	830 104	33,66	45,40
Estados Unidos	558 601	14,26	554 693	22,49	0,70
China	491 865	12,55	73 070	2,96	573,14
Argentina	162 724	4,15	65 623	2,66	147,97
Outros	1 497 891	38,23	942 560	38,22	58,92
Total	3 918 029	100,00	2 466 050	100,00	58,88

FONTES: MDIC/Secex

NOTA: Elaboração IPARDES.

(1) Dados preliminares.

Quanto aos complexos mais representativos nas exportações paranaenses, destacam-se, nesta ordem, os grupos soja, material de transporte, madeira, carnes e cereais – uma sequência que difere do resultado dos primeiros sete meses do ano passado, quando o grupo material de transporte liderava as exportações e o complexo soja encontrava-se em segundo lugar (tabela 2).

O complexo soja foi determinante para o significativo aumento das exportações paranaenses no período em análise. Somente este grupo gerou um aumento de 152,17% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando US\$ 1,51 bilhão. Esse substancial aumento deve-se, em grande medida, à atípica comercialização da soja no ano passado, quando o pico de vendas ocorreu em setembro, ao contrário da habitual comercialização que se concentra no primeiro semestre. No ano passado,

os produtores de soja esperaram a elevação dos preços, derivada da desvalorização da moeda brasileira, para efetuarem suas vendas, garantindo, desse modo, maior receita em moeda nacional.

Aprofundando-se no complexo soja, pôde-se verificar que, entre seus principais produtos, o que apresentou maior destaque foi a soja em grão. Com crescimento de 212,22% em relação aos primeiros sete meses do ano passado, a soja em grão passou de segundo item mais vendido do grupo para primeiro. Por outro lado, o farelo, que se encontrava na primeira posição no intervalo janeiro-julho de 2002, surgiu como segundo item mais importante, com crescimento de 73,94%. Por fim, verifica-se que o óleo de soja teve um significativo aumento nas vendas externas (205,46%), embora seja o item menos representativo do complexo.

Posicionado como segundo grupo mais exportado pelo Estado, o segmento material de transporte obteve expansão de 22,70% em suas exportações no período de janeiro a julho de 2003. A receita total atingiu US\$ 823,59 milhões, assegurando participação de 21,02% no total exportado pelo Paraná. Dentre os itens que integram o gênero material de transporte, os motores para autoveículos registraram o maior crescimento nas exportações. Os embarques renderam US\$ 207,84 milhões neste ano, correspondendo a um incremento de 44,22% em relação ao ano passado. Verifica-se como fator determinante desse aumento o crescimento das exportações para a China, dado que nos primeiros sete meses de 2002 não foram registrados embarques de motores ao referido país, em contraposição aos US\$ 46,75 milhões gerados no mesmo intervalo deste ano. Porém, o Reino Unido continua sendo o principal comprador dos motores paranaenses, haja vista que 55,74% das exportações dessa mercadoria foram destinadas ao país em questão.

No que se refere aos automóveis, produto mais representativo nas exportações do complexo material de transporte, as vendas fecharam com acréscimo de apenas 3,26%, garantindo a soma total de US\$ 396,46 milhões no intervalo de janeiro a julho deste ano. Entre os fatores que contribuíram para que as exportações não registrassem queda, pode-se citar a recuperação

^{*}Acadêmico de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, estagiário do IPARDES.

^{**}Acadêmica de Administração da Unicenp, com habilitação em Comércio Exterior, estagiária do IPARDES.

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS - JAN-JUL 2002-2003

GRUPO/ITEM	EXPORTAÇÃO				VARIAÇÃO (%)
	Jan.-Jul. 2003(1)		Jan.-Jul. 2002		
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Soja	1 509 829	38,54	598 741	24,28	152,17
Grão	781 775	19,95	250 395	10,15	212,22
Farelo	444 349	11,34	255 468	10,36	73,94
Óleo	283 705	7,24	92 878	3,77	205,46
Material de transporte	823 591	21,02	671 238	27,22	22,70
Automóveis	396 460	10,12	383 940	15,57	3,26
Motores para autoveículos	207 843	5,30	144 118	5,84	44,22
Autopeças	126 231	3,22	94 034	3,81	34,24
Tratores e partes	50 782	1,30	26 433	1,07	92,11
Chassis e carroçarias p/autoveículos comerciais	24 725	0,63	14 197	0,58	74,15
Autoveículos comerciais leves e pesados	15 441	0,39	7 168	0,29	115,42
Outros	2 110	0,05	1 348	0,05	56,51
Madeira	382 786	9,77	317 169	12,86	20,69
Compensado	162 045	4,14	117 421	4,76	38,00
Serrada	97 486	2,49	90 987	3,69	7,14
Obras de marcenaria/carpintaria	39 961	1,02	33 166	1,34	20,49
Moldura	35 914	0,92	39 998	1,62	-10,21
Outros	47 379	1,21	35 598	1,44	33,10
Carnes	337 074	8,60	219 191	8,89	53,78
Aves	247 282	6,31	158 298	6,42	56,21
Suínos	48 690	1,24	29 191	1,18	66,80
Bovinos	32 464	0,83	25 497	1,03	27,33
Outros	8 638	0,22	6 206	0,25	39,19
Cereais	129 716	3,31	132 087	5,36	-1,79
Milho	129 563	3,31	131 709	5,34	-1,63
Outros	153	0,00	377	0,02	-59,33
Papel	95 386	2,43	73 094	2,96	30,50
<i>Kraftliner</i> para cobertura	26 153	0,67	15 335	0,62	70,54
Cuchê	18 425	0,47	14 299	0,58	28,86
<i>Kraft</i> p/ escrita, impressão e gráfica	17 633	0,45	10 624	0,43	65,97
Outros	33 175	0,85	32 836	1,33	1,03
TOTAL GERAL	3 918 029	100,00	2 466 050	100,00	58,88

FONTE: MDIC/Secex

NOTA: Elaboração IPARDES.

(1) Dados preliminares.

da economia argentina, responsável por um acréscimo de US\$ 34,60 milhões nas vendas de automóveis paranaenses ao país vizinho. Por outro lado, as vendas de automóveis para os EUA contabilizaram queda de 12,70%, declinando para US\$ 269,61 milhões no período em análise. Todavia, o principal destino dos automóveis produzidos no Paraná ainda são os EUA.

No que diz respeito ao grupo madeira, embora tenha diminuído sua participação nas exportações paranaenses de 12,86% para 9,77%, ainda assim destacou-se nos primeiros sete meses deste ano, atingindo vendas externas de cerca de US\$ 382,79 milhões e um crescimento de 20,69%. Dentre os itens do complexo, os embarques de molduras registraram queda de -10,21% em comparação ao mesmo período de 2002. Contrapondo-se a isso, o item compensado de madeira não só representou a maior participação no complexo (42,33%) como também apresentou o maior crescimento nas vendas (38%). Outro produto também em destaque foi obras de marcenaria/carpintaria, que registrou incremento de 20,49% nas exportações nos sete primeiros meses de 2003, contabilizando receitas de US\$ 39,96 milhões. Já as vendas de madeira serrada apresentaram leve crescimento de 7,14%, com exportações de US\$ 97,49 milhões.

Em relação ao complexo carnes, as exportações geraram o total de US\$ 337,07 milhões neste ano, suplantando em 53,78% a soma de 2002. Esse resultado

pode ser atribuído ao bom desempenho das vendas de aves, que representaram 73,36% do total exportado pelo segmento carnes.

As exportações de aves cresceram 56,21% em comparação ao ano passado, evoluindo de US\$ 158,30 milhões para US\$ 247,28 milhões. A alta competitividade das agroindústrias garantiram a abertura de novos mercados no exterior, beneficiando diretamente as vendas externas. Adiciona-se, ainda, a manutenção das relações comerciais com tradicionais importadores, com destaque para o Oriente Médio e a União Européia, principais compradores da carne de aves paranaenses. As vendas desse produto aos dois blocos corresponderam a 71,69% das exportações do complexo avícola.

Ainda no que tange às exportações de aves, as vendas de frango inteiro renderam US\$ 99,62 milhões neste ano, fechando com expansão de 80,24% em relação ao ano passado, valendo destacar a importância do mercado do Oriente Médio para esse produto. Do total de frango inteiro exportado, 81,55% foi remetido a este bloco. Já em outra ponta, os embarques de frango em cortes cresceram 44,04% em receita, atingindo US\$ 129,20 milhões nos sete primeiros meses deste ano. Deve-se salientar que as principais remessas dos cortes avícolas foram destinadas à União Européia, cujas compras de cortes produzidos no Paraná totalizaram US\$ 65,10 milhões.

Agricultura paranaense: safra 2002/2003

Cleber Parnoff

A produção paranaense de grãos na safra 2002/2003 chegou a 28,92 milhões de toneladas, um crescimento de 31,05% comparativamente com a produção obtida na safra anterior (tabela 1). Houve crescimento também na área plantada do Estado (+9,40%), saltando de 7,97 milhões para 8,71 milhões de hectares, segundo levantamento do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

Além da expansão da área cultivada, contribuíram para o incremento produtivo o clima favorável e os investimentos em tecnologia, que resultaram em um aumento da produtividade das principais culturas do Estado.

De acordo com levantamento realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a safra nacional de grãos foi estimada em 120,20 milhões de toneladas, registrando um crescimento de 24,20% em relação ao que foi colhido na safra anterior. Com isso, a participação do Estado na safra nacional alcançou 23,54%, garantindo ao Paraná a primeira colocação na produção de grãos.

Dentre as diversas culturas do Estado, o destaque continua sendo a soja, que estabeleceu na atual safra novo recorde, com a colheita de 10,93 milhões de toneladas – crescimento de 16,56% em relação à safra anterior, que atingiu 9,38 milhões de toneladas. A quantidade colhida no Estado representou 20,88% da produção nacional da oleaginosa, estimada em 52,20 milhões de toneladas.

Os principais fatos que explicam o bom desempenho da safra de soja foram o aumento da área plantada e o aumento na produtividade média, que variou de 2.870 kg/ha na temporada 2001/2002 para 3.031 kg/ha na safra 2002/2003 (tabela 2). O crescimento do rendimento médio teve como determinante as boas condições climáticas durante a safra. Já a área plantada saltou de 3,27 milhões de hectares na safra 2001/2002 para 3,60 milhões registrados nesta safra, um crescimento de 9,96%. Essa variação é resultado dos bons preços da *commodity*, que vêm estimulando o plantio do produto. Porém, há um fato importante a ser colocado quanto ao aumento da área destinada à soja, que está ligado ao esgotamento da fronteira agrícola paranaense. Com esse aumento da área cultivada com soja, é reduzida a área plantada com outros produtos na mesma época. A principal cultura atingida pela expansão do cultivo da soja é o milho, cuja área vem diminuindo na safra de verão, mas com tendência de crescimento na safra de inverno.

A expansão da área e da produção de soja deriva das condições favoráveis estabelecidas pelas exportações. Nos primeiros sete meses deste ano, as vendas externas do complexo soja (óleo, grão e farelo) totalizaram US\$ 1,51 bilhão, dos quais US\$ 781,77 milhões de soja em grão. Os principais importadores da soja paranaense foram a União Européia, que continua sendo o principal comprador da soja produzida no Estado, e a China, maior importador mundial do grão, com importações de US\$ 638,52 milhões e US\$ 399,54 milhões, respectivamente.

Outra cultura que teve bom resultado na safra paranaense de verão foi o milho, com uma produção de 8,28 milhões de toneladas, resultado 8,63% superior à safra do ano passado. Por outro lado, a área plantada foi reduzida de 1,51 milhão para 1,47 milhão de hectares, correspondendo a uma redução de 3,09%. Portanto, o aumento da produção foi sustentado pela ascensão da produtividade média, que atingiu o recorde de 5.620 quilos por hectare.

Cabe destacar, ainda, o expressivo crescimento produtivo registrado na safrinha de milho, com variação positiva de 158,47% em comparação à safra anterior, saltando de 2,11 milhões para 5,46 milhões de toneladas. Na soma das duas safras, a produção estadual de milho alcançou 13,74 milhões de toneladas, variação de 42,06% em comparação ao resultado registrado na temporada 2001/2002. Em termos absolutos, o Estado colheu 4,07 milhões de toneladas de milho a mais que no ano anterior. Desse modo, o Paraná se mantém como o maior produtor de milho do país.

As exportações paranaenses de milho nos primeiros sete meses do ano foram de US\$ 129,56 milhões, mantendo praticamente o mesmo valor obtido em igual período do ano passado, apenas com uma ligeira queda de 1,63%. Contudo, as exportações poderão aumentar ao longo do ano, considerando-se a razoável quantidade colhida na safrinha. Diferentemente da soja, que tem um mercado externo consolidado, as exportações de milho dependem da geração de excedente exportável, como deve ocorrer neste ano.

Acadêmico de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, estagiário do IPARDES.

Ademais, é importante registrar a redução na produção e na área plantada com algodão no Estado. Na safra atual, foram colhidas 69,10 mil toneladas de algodão em caroço, 15,24% a menos que o colhido na safra passada (81,53 mil toneladas). Na área plantada, a redução foi de 16,18%, caindo de 35,15 mil hectares em 2001/2002 para 29,46 mil hectares em 2002/2003. Além dos fatores conjunturais, essa queda pode ser atribuída à continuidade da migração da produção para o Centro-Oeste do país, que assumiu o lugar de tradicionais produtores, como São Paulo e Paraná. Tanto que no início da década de 90 o Paraná ocupava o posto de maior produtor nacional, respondendo por mais da metade da produção de algodão do país.

No que diz respeito ao trigo, principal cultura de inverno, o Estado deve colher 2,55 milhões de toneladas nesta safra – um crescimento de 61,10%, em comparação com o volume de 1,58 milhão de toneladas colhido na safra passada. A área plantada com trigo registrou expansão de 8,35%, saltando de 1,07 milhão

de hectares para 1,16 milhão de hectares. Esses aumentos se devem principalmente à elevação dos preços internacionais, derivada da quebra da safra em alguns dos principais produtores mundiais.

O Paraná continua sendo o principal produtor de trigo do país, com sua safra representando aproximadamente 55% da safra nacional, estimada em 4,5 milhões de toneladas. Entretanto, a produção nacional atende apenas 42% do consumo doméstico; logo, para garantir o abastecimento, o país importa grandes quantidades do cereal. Tanto que as importações estaduais de trigo alcançaram o patamar de US\$ 44,29 milhões nos primeiros sete meses deste ano, sendo US\$ 41 milhões referentes à Argentina, que é o principal fornecedor de trigo do Estado e do país.

Diante disso, fica clara a dimensão da agricultura paranaense e sua importância em nível nacional. Além disso, evidencia-se sua capacidade de aproveitamento das oportunidades de mercado, atualmente atreladas ao mercado internacional.

TABELA 1 - ÁREA E PRODUÇÃO DE GRÃOS, NO PARANÁ - SAFRAS 2001/2002 E 2002/2003

PRODUTOS	ÁREA PLANTADA (ha)			PRODUÇÃO (t)		
	Safra		Variação (%)	Safra		Variação (%)
	2001/2002	2002/2003		2001/2002	2002/2003	
Algodão	35.157	30.040	-14,55	81.534	71.477	-12,33
Milho	1.506.747	1.463.818	-2,85	7.563.628	8.283.212	9,51
Milho (safrinha)	985.991	1.354.510	37,38	2.114.895	5.466.512	158,48
Soja	3.278.394	3.611.710	10,17	9.381.663	10.935.557	16,56
Trigo	1.076.363	1.166.188	8,35	1.583.328	2.550.853	61,11
Outros	1.082.542	1.087.438	0,45	1.342.662	1.514.272	12,78
TOTAL	7.965.194	8.13.704	9,40	22.067.710	28.921.883	31,05

FONTE: Seab/Deral

TABELA 2 - PRODUTIVIDADE MÉDIA DAS PRINCIPAIS CULTURAS, NO PARANÁ - SAFRAS 2001/2002 E 2002/2003

PRODUTOS	PRODUTIVIDADE MÉDIA (kg/ha)		
	Safra		Variação (%)
	2001/2002	2002/2003	
Algodão	2.319	2.345	1,12
Milho	5.019	5.627	12,11
Milho (safrinha)	1.354	3.696	172,96
Soja	2.861	3.031	5,94
Trigo	1.470	2.212	50,47

FONTE: Seab/Deral

A pesquisa mensal de emprego na RMC: metodologia e resultados

Sachiko Araki Lira*

O objetivo desta nota é apresentar os principais aspectos da revisão metodológica ocorrida na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e fazer uma avaliação do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) no primeiro semestre deste ano.

Revisão Metodológica

A PME na RMC é realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde abril de 1999. A metodologia foi desenvolvida pelo IBGE em 1980, e este fez uma revisão tanto no aspecto metodológico quanto no “procedimento” de coleta. A revisão metodológica foi necessária em razão das profundas mudanças ocorridas na estrutura produtiva e, como consequência, na alocação da força de trabalho e nas suas relações. Nesse mesmo período, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) fez novas recomendações para a investigação da força de trabalho.

A nova metodologia vem sendo adotada pelo IBGE desde outubro de 2001 nas regiões metropolitanas de São Paulo, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, e a partir de dezembro de 2002 na RMC.

Com esse procedimento, é possível captar de forma mais abrangente as características de trabalho e formas de inserção da força de trabalho no sistema

produtivo, fornecendo, assim, mais informações para o estudo do mercado de trabalho.

Dentre as principais mudanças metodológicas, podem ser citadas a ampliação do limite inferior de idade para a população em idade ativa (PIA), que passou de 15 para 10 anos; o tempo de procura de trabalho, de 7 para 30 dias; e o tempo de exercício do trabalho não-remunerado, de 15 horas para 1 hora, na semana de referência.

Houve também alteração no contorno das regiões metropolitanas, em razão das mudanças na Base Geográfica do Censo de 1991 para 2000, sendo que a nova pesquisa limita-se à área urbana.

A entrevista passou a ser realizada com microcoletores, o que aumenta a qualidade das informações, pois a seqüência de perguntas é bem definida, além de evitar erros de transcrição e digitação de dados.

Indicadores da PME na RMC no primeiro semestre¹ de 2003

A população em idade ativa² no primeiro semestre de 2003 foi estimada em 2.227 mil pessoas, sendo que, destas, 59,6% (taxa de atividade) eram economicamente ativas, ou seja, inseridas no mercado de trabalho, e 40,4% eram não economicamente ativas, representando 1.328 mil e 899 mil pessoas, respectivamente (tabela 1).

TABELA 1 - ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, OCUPADA, DESOCUPADA E PROCURANDO TRABALHO, E DA POPULAÇÃO NÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, NA RMC - JAN-JUN 2003

PERÍODO	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (1 000 pessoas)				
	Total	População Economicamente Ativa			População Não Economicamente Ativa
		Total	População Ocupada	População Desocupada e Procurando Trabalho (30 dias)	
Janeiro	2.214	1.318	1.215	103	896
Fevereiro	2.227	1.315	1.197	119	912
Março	2.231	1.320	1.188	132	911
Abril	2.232	1.329	1.201	128	904
Mai	2.232	1.345	1.208	137	886
Junho	2.223	1.338	1.202	136	885
Média Jan.-Jun.	2.227	1.328	1.202	126	899

FONTES: IPARDES - PME, IBGE

*Estatística, mestranda em Métodos Numéricos em Engenharia pela UFPR e atualmente Diretora do Centro Estadual de Estatística do IPARDES.

A taxa de ocupação foi de 90,5% e, a taxa de desemprego³ foi de 9,5% (tabela 2). O total de pessoas ocupadas foi estimado em 1.202 mil pessoas. Embora a participação das mulheres com 10 anos e mais (PIA) tenha sido superior à dos homens – de 52,7% e 47,4%, respectivamente –, quando analisada a inserção no mercado de trabalho observa-se que há uma inversão em termos de participação – 55,6% e 44,4%, para homens e mulheres, respectivamente. Entretanto, a participação da mulher (52,7%) no total de desempregados é superior à do homem (47,3%). A taxa de desemprego por gênero foi de 8,1% e 10,9%, para pessoas do sexo masculino e feminino, respectivamente.

TABELA 2 - TAXAS DE ATIVIDADE, DE OCUPAÇÃO E DE DESEMPREGO, NA RMC - JAN-JUN 2003

PERÍODO	TAXA DE ATIVIDADE (%)	TAXA DE OCUPAÇÃO ⁽¹⁾ (%)	TAXA DE DESEMPREGO ⁽²⁾ (%)
Janeiro	59,5	92,2	7,8
Fevereiro	59,1	91,0	9,0
Março	59,2	90,0	10,0
Abril	59,5	90,4	9,6
Maior	60,3	89,8	10,2
Junho	60,2	89,8	10,2
Média jan.-jun.	59,6	90,5	9,5

FONTES: IPARDES - PME, IBGE

(1) Período de referência: semana.

(2) A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação. Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

Analisando a população desempregada, observou-se que 29,0% são pessoas com até 7 anos de estudo; 30,5% com 8 a 10 anos de estudo; e 40,5% com 11 anos ou mais de estudo, indicando que as mais escolarizadas são em maior número dentre as desempregadas. Observou-se, ainda, que 76,4% dos desempregados haviam tido trabalho anterior, ou seja, tinham alguma experiência anterior, e 23,6% nunca haviam trabalhado. A taxa de desemprego foi menor entre os responsáveis pela família, 5,3%, e, entre os outros membros, de 13,4%.

Do total de pessoas ocupadas, 29,1% tinham até 7 anos de estudo,⁴ ou seja, não possuíam nem o primeiro grau completo. A participação das pessoas com 8 a 10 anos de estudo era de 21,5%, e 48,8% tinham 11 anos ou mais de estudo. O tempo médio de permanência no trabalho principal foi de 6,3 anos, sendo que 50% das pessoas ocupadas permaneceram até 2,5 anos no trabalho principal.

O grupo de atividade em que se encontrava maior número de pessoas ocupadas foi “comércio, reparação de veículos automotivos e de objetos pessoais e domésticos e comércio varejista de combustíveis”, com total de 252 mil pessoas (21,0%), seguido de “indústria extrativa e de transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água”, com 230 mil (19,1%). O grupo “administração pública, defesa, seguro social, educação, saúde e serviços sociais” teve participação de 15,8% (190 mil pessoas); e “intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados a empresas”, de 11,8% (142 mil). As pessoas ocupadas em “serviços domésticos” tiveram uma participação de 6,7% (80 mil), e, em outros serviços, de 16,3% (196 mil) - tabela 3.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO GRUPOS DE ATIVIDADE, NA RMC - JAN-JUN 2003

PERÍODO	GRUPOS DE ATIVIDADE			
	Ind. Ext. e de Transf. e Prod. e Dist. de Eletr., Gás e Água ⁽¹⁾	Construção Civil	Com., Rep. Veíc. Aut. e de Obj. Pes. e Dom. e Com. Varej. de Comb. ⁽²⁾	Intermediação Financ. e Ativ. Imob., Alug. e Serv. Prest. a Emp. ⁽³⁾
Janeiro	18,9	8,5	21,2	11,9
Fevereiro	19,4	8,5	21,7	11,0
Março	18,6	7,4	22,3	12,2
Abril	19,3	7,9	19,9	11,8
Maior	19,1	7,3	21,1	11,7
Junho	19,3	7,7	19,9	12,3
Média jan.-jun.	19,1	7,9	21,0	11,8

PERÍODO	GRUPOS DE ATIVIDADE			
	Adm. Públ., Defesa, Seg. Social, Educ., Saúde e Serv. Sociais ⁽⁴⁾	Serviços Domésticos	Outros Serviços	Outras Atividades ⁽⁵⁾
Janeiro	14,8	6,7	16,3	1,6
Fevereiro	15,3	6,2	16,2	1,7
Março	15,8	6,5	16,0	1,2
Abril	16,6	6,7	16,2	1,5
Maior	15,9	7,1	16,5	1,4
Junho	16,4	7,0	16,4	1,1
Média jan.-jun.	15,8	6,7	16,3	1,4

FONTES: IPARDES - PME, IBGE

(1) Indústria extrativa e de transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

(2) Comércio, reparação de veículos automotivos e de objetos pessoais e domésticos e comércio varejista de combustíveis.

(3) Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas.

(4) Administração pública, defesa, seguro social, educação, saúde e serviços sociais.

(5) Coeficiente de variação superior a 15%.

Do total de pessoas ocupadas,⁵ 71,9% (864 mil) eram na condição de empregados; destes, 66,9% (578 mil) tinham carteira de trabalho assinada, 23,2% (201 mil) não tinham carteira assinada e 9,6%⁶ (83 mil) eram funcionários públicos estatutários. A participação de trabalhadores por conta própria foi de 20,6% (248 mil), e, de empregadores, de 6,7% (80 mil).

Considerando a categoria de empregados,⁷ constatou-se que mais da metade deles trabalha em estabelecimento com mais de 11 pessoas (56,3%); 36,6% entre 1 e 5 pessoas; e somente 7,2% entre 6 e 10 pessoas.

Dentre as pessoas ocupadas, 4,8% – cerca de 58 mil pessoas – trabalharam efetivamente menos de 40 horas em todos os trabalhos da semana de referência e estavam disponíveis para trabalhar mais, ou seja, encontravam-se na condição de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas.

O rendimento médio,⁸ efetivamente recebido pelas pessoas ocupadas, foi de R\$ 799,80. Os empregados com carteira de trabalho assinada apresentaram rendimento médio de R\$ 731,57; os empregados sem carteira assinada, R\$ 454,24; os trabalhadores por conta própria, R\$ 716,38; e os empregadores, R\$ 2.092,45.

O rendimento médio dos empregados sem carteira de trabalho assinada era 38% inferior ao dos empregados com carteira assinada. Já os trabalhadores por conta própria tinham rendimento médio inferior em somente 3%, em comparação com o rendimento médio dos empregados com carteira assinada.

Do total de pessoas ocupadas com remuneração, 8,5% – cerca de 102 mil pessoas – tinham rendimento por hora inferior ao do salário mínimo por hora (R\$ 1,09⁹/hora).

Considerando os rendimentos médios das pessoas ocupadas segundo grupos de atividade, observou-se: comércio, reparação de veículos automotivos e de objetos pessoais e domésticos e comércio varejista de combustíveis tiveram rendimento médio de R\$ 681,30; indústria extrativa e de transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água, de R\$ 809,39; construção civil, de R\$ 605,45; administração pública,

defesa, seguro social, educação, saúde e serviços sociais, de R\$ 1.171,75; intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados a empresas, de R\$ 1.094,36; serviços domésticos, de R\$ 276,35; e outros serviços, de R\$ 713,66.

Dentre as pessoas não economicamente ativas, ou seja, aquelas não inseridas no mercado de trabalho, 15,4% (138 mil pessoas) gostariam de trabalhar e estavam disponíveis para isso, o que significa que podem vir a pressionar o mercado de trabalho.

Principais indicadores da PME na RMC x demais regiões metropolitanas

Analisando o mercado de trabalho brasileiro,¹⁰ a RMC apresentou a maior taxa de atividade (59,6%), seguida das regiões metropolitanas de São Paulo (59,2%); Salvador (57,3%); Porto Alegre (56,6%); Belo Horizonte (55,8%); Rio de Janeiro (54,6%) e Recife (51,0%). Esse indicador mostra que, proporcionalmente, mais pessoas estão voltadas para o mercado de trabalho na RMC comparativamente às demais regiões metropolitanas. Mesmo assim, a RMC apresentou a segunda menor taxa de desemprego, junto com a de Porto Alegre (9,5%). A região metropolitana do Rio de Janeiro apresentou a menor taxa (9,1%), e a de Salvador a maior (16,4%). As taxas de desemprego das demais regiões metropolitanas foram: São Paulo (14,0%); Recife (13,4%); e Belo Horizonte (10,6%).

Quanto à situação dos empregados com carteira de trabalho assinada, na RMC 48,1% das pessoas ocupadas estavam nessa condição, seguida das regiões metropolitanas de Porto Alegre (47,8%); São Paulo (47,5%); Belo Horizonte (46,1%); Salvador (42,2%); Rio de Janeiro (41,2%) e Recife (36,6%).

No tocante ao rendimento médio¹¹ efetivamente recebido pelas pessoas ocupadas, a RMC apresentou o quarto maior rendimento (R\$ 799,80). A região metropolitana de São Paulo apresentou rendimento médio de R\$ 1.023,86, seguida de Porto Alegre (R\$ 825,11); Rio de Janeiro (R\$ 819,00); Belo Horizonte (R\$ 734,98); Salvador (R\$ 655,75) e Recife (R\$ 611,44).

NOTAS

¹Média aritmética simples do período de janeiro a junho de 2003.

²Pessoas com 10 anos e mais de idade.

³A taxa de desemprego aberto é denominada, pelo IBGE, de taxa de desocupação.

⁴Inclusive pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo.

⁵A soma das participações dos empregados, trabalhadores por conta própria e empregadores não totaliza 100%, devido à não inclusão dos trabalhadores não-remunerados conta própria ou empregadores.

⁶A soma das participações das três categorias não totaliza 100%, por motivo da não inclusão dos trabalhadores não-remunerados empregados.

⁷Exclusive trabalhador doméstico e empregados do setor público.

⁸Média de janeiro a maio de 2003. Inflator – INPC (IBGE). Valores em reais de junho de 2003.

⁹Considerou-se o salário mínimo de R\$ 240,00 dividido por 220 horas/mês.

¹⁰Considerando as regiões metropolitanas em que são realizadas a PME: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador e Curitiba.

¹¹Média do período de janeiro a maio de 2003. Inflator - INPC (IBGE). Valores em reais de junho de 2003.

Índice de preços ao consumidor em Curitiba no 1.º semestre de 2003

Gino Schlesinger e Maria Luiza de Castro Veloso*

Para descrever o comportamento dos preços ao consumidor no município de Curitiba no primeiro semestre de 2003, deve-se antes fazer um pequeno retrospecto da aceleração da inflação no último quadrimestre de 2002.

A situação conjuntural marcada pela fragilidade das contas externas brasileiras, associada ao clima de incerteza do processo eleitoral, resultaram em uma forte pressão sobre a moeda nacional. A desvalorização cambial ultrapassou os 52% ao longo do ano de 2002. O principal impacto dessa desvalorização sobre a inflação ocorreu nos últimos quatro meses do ano (alta de 7,22% no período contra 12,02% no ano).

O ano de 2003 inicia-se com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC)¹ de 1,88%, o maior para o mês de janeiro, desde o início da pesquisa. Tradicionalmente, o primeiro mês do ano apresenta índices elevados, pois tem-se neste período altas referentes às despesas com educação, excursões turísticas e pagamento de IPTU. Além disso, ainda havia a influência da desvalorização cambial ocorrida no ano anterior.

Em fevereiro houve um recuo da inflação para 0,61%. Apesar de ser uma variação consideravelmente menor que a de janeiro, ainda assim é um valor alto para esse mês, quando comparado a 2002 (0,20%), 2001 (-0,17%) e 2000 (0,07%). O índice de fevereiro de 2003 só foi inferior ao de 1999 (1,50%), reflexo da desvalorização cambial então ocorrida.

No mês de março a inflação voltou a subir, atingindo o patamar de 1,19%, também o maior índice para este mês desde o início da pesquisa. Como destaque, houve a alta da tarifa de ônibus urbano, que, sozinha, representou quase 20% da variação deste mês.

Após uma certa estabilidade na taxa cambial no primeiro bimestre do ano, o câmbio começou a se revalorizar a partir de março, em razão da melhora das contas externas do país, explicada pelo quadro de recessão interna, associado à forte política monetária restritiva adotada pelo novo governo. Desta forma, o índice de inflação passaria a ter taxas decrescentes no segundo trimestre do ano.

Em abril, a taxa de inflação ficou em 0,87%, tendo tido como maior influência o grupo Vestuário, responsável por quase 40% deste resultado.

No mês de maio a inflação se reduziu novamente, agora para o patamar de 0,51%. Pressionaram para um índice menor as quedas nos preços de gasolina, álcool-combustível, tarifa de ônibus urbano e tomate.

Finalizando o semestre, o mês de junho apresentou um índice negativo de 0,11%, sendo a primeira deflação desde fevereiro de 2001. A queda no IPC nesse mês mostrou mais intensamente as conseqüências da

revalorização cambial (de quase 20% ao longo dos primeiros seis meses de 2003), além dos reflexos do aumento da taxa de juros promovida pelo Banco Central (Taxa Selic superior a 26% a.a.). Os combustíveis foram os que mais contribuíram, individualmente, para o resultado deflacionário desse mês.

Assim, o resultado acumulado do primeiro semestre do ano foi de 5,05%, sendo o grupo de maior contribuição o de Alimentos e Bebidas, com alta de 6,57%. A menor contribuição foi do grupo Artigos de Residência, com alta de 2,32%, como se pode observar na tabela 1.

A tabela 2 revela os itens que mais contribuíram com alta e com baixa de preços no semestre.

Pode-se verificar, conforme mostra a tabela 1, que o grupo Alimentos e Bebidas foi o de maior contribuição em pontos percentuais (1,28), ou seja, do índice total (5,05%) pouco mais de 25% se deveu ao grupo Alimentos e Bebidas. Contudo, os itens que mais contribuíram com alta de preços, como se observa na tabela 2, foram do grupo Transporte e Comunicação. Por outro lado, foi justamente um item pertencente ao grupo Alimentos e Bebidas (frango inteiro resfriado) que mais influenciou na queda de preços.

O mês de julho apresentou uma variação positiva de apenas 0,06%: a menor para este mês do ano, desde o início do cálculo, em janeiro de 1999. Este fato se deve, entre outros fatores, ao cancelamento do aumento da tarifa de energia elétrica (que usualmente ocorre neste período do ano), além de as típicas liquidações do grupo Vestuário terem sido mais acentuadas neste ano do que nos anos anteriores.

As perspectivas para o segundo semestre são mais animadoras, pois o índice acumulado neste semestre deverá ficar bem menor que no primeiro. Estima-se que, dificilmente, o índice acumulado no segundo semestre ultrapassará os 3%. Desse modo, o índice acumulado no ano, pelo menos em Curitiba, deverá ficar muito próximo da meta de 8,5% estabelecida pelo governo federal.

Em nível nacional o IPCA (índice de preços ao consumidor amplo) do IBGE fechou o primeiro semestre em 6,64%. A variação superior ao IPC do IPARDES decorre, além das questões de ordem metodológica, principalmente do fato de que muitos reajustes de tarifas públicas ocorreram em outras localidades, enquanto em Curitiba estas não foram afetadas de forma substancial.

* Economistas, técnicos do IPARDES.

TABELA 1 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR EM CURITIBA, SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS/ SERVIÇOS - 1.º SEMESTRE 2003

GRUPOS	PONDERAÇÃO (%)	VARIAÇÃO ACUMULADA (%)	CONTRIBUIÇÃO EM PONTOS PERCENTUAIS
Alimentos e bebidas	19,8946	6,57	1,28
Habitação	14,3802	3,46	0,50
Artigos de residência	7,4764	2,32	0,18
Vestuário	6,7859	5,75	0,41
Transporte e comunicação	24,4975	4,91	1,16
Saúde e cuidados pessoais	10,5239	6,34	0,68
Despesas pessoais	16,4415	5,14	0,84
Índice Geral	100,0000	5,05	5,05

FONTE: IPARDES

NOTA: A classe de renda corresponde ao intervalo de 1 a 40 S.M.

TABELA 2 - ITENS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM NA APURAÇÃO DO IPC EM CURITIBA - JAN-JUN 2003

PRODUTO	GRUPO	VARIAÇÃO (%)	CONTRIBUIÇÃO EM PONTOS PERCENTUAIS
Aumentos			
1 Automóvel de passeio nacional zero km	Transporte e Comunicação	8,30	0,31
2 Tarifa de ônibus urbano	Transporte e Comunicação	10,99	0,24
3 Leite pasteurizado	Alimentos e Bebidas	12,81	0,17
4 Empregada doméstica	Despesas Pessoais	10,38	0,16
5 Automóvel de passeio e utilitário usado	Transporte e Comunicação	2,41	0,15
6 Almoço e jantar (refeição)	Alimentos e Bebidas	4,52	0,14
7 Conserto de veículos	Transporte e Comunicação	6,78	0,13
8 Condomínio	Habitação	5,79	0,12
9 Sapato feminino	Vestuário	33,59	0,12
10 Automóvel de passeio importado zero km	Transporte e Comunicação	14,48	0,12
11 Água e esgoto	Habitação	11,42	0,11
12 Tarifa de ônibus intermunicipal	Transporte e Comunicação	28,04	0,11
13 Cartório	Despesas Pessoais	39,14	0,11
14 Café em pó	Alimentos e Bebidas	18,25	0,10
15 Curso fundamental (1º a 8º série)	Despesas Pessoais	8,37	0,10
Quedas			
1 Frango inteiro resfriado	Alimentos e Bebidas	-12,24	-0,06
2 Móvel para copa e cozinha	Artigos de Residência	-11,68	-0,05
3 Gasolina	Transporte e Comunicação	-2,00	-0,05
4 Tangerina	Alimentos e Bebidas	-78,27	-0,05
5 Farinha de trigo	Alimentos e Bebidas	-17,71	-0,05
6 Álcool (combustível)	Transporte e Comunicação	-3,71	-0,05
7 Excursão (não-escolar)	Despesas Pessoais	-6,59	-0,04
8 Açúcar refinado	Alimentos e Bebidas	-9,84	-0,03
9 Televisão	Artigos de Residência	-4,02	-0,03
10 Vestido para adulto	Vestuário	-18,65	-0,03
11 Óleo de soja	Alimentos e Bebidas	-11,49	-0,03
12 Conjunto infantil	Vestuário	-19,10	-0,03
13 Microcomputador	Artigos de Residência	-6,27	-0,02
14 Alcatra bovina	Alimentos e Bebidas	-5,35	-0,02
15 Psicólogo e fisioterapeuta	Saúde e Cuidados Pessoais	-1,71	-0,02

FONTE: IPARDES

NOTA

¹O IPC é calculado pelo IPARDES desde janeiro de 1999; a população-alvo é composta pelas famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos do município de Curitiba; e como ponderação de pesos de produtos e serviços utiliza-se a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 1996.

Reforma tributária e conflitos federativos¹

Gilmar Mendes Lourenço*

A defesa intransigente da bandeira de implementação de uma nova ordem tributária no Brasil é perfeitamente compreensível. O sistema atual demonstra exaustão ante as profundas modificações estruturais ocorridas na economia do país desde os anos 80, sendo formado por impostos cumulativos e regressivos, sobrecarregando a produção, o consumo e o investimento, distorcendo a formação de preços e estimulando a sonegação e a evasão fiscal.

Conforme pesquisas efetuadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as famílias que recebem até dois salários mínimos destinam 26% de sua renda para o pagamento de impostos indiretos, mesmo estando isentas do pagamento do Imposto de Renda (IR), contra 8% da fração da população que ganha acima de 30 salários mínimos. Na mesma linha, levantamentos realizados pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) revelam que a poupança das famílias de classe média corresponde a 3% da renda, contra média de 10% nos Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França e Itália.

O desmonte dessa estrutura poderia ensejar condições para a promoção de uma melhor distribuição da carga de impostos e de uma expressiva redução de um dos componentes do custo Brasil (a cunha tributária), que, ao lado dos juros reais elevados, da excessiva burocracia, do sucateamento infra-estrutural, do desalinhamento da taxa de câmbio e da ausência de inversões em pesquisa e desenvolvimento e em qualificação de mão-de-obra, vêm deteriorando as condições de expansão quantitativa e qualitativa do sistema econômico operante no país.

Não bastassem essas restrições, ao contrário da mecânica de cobrança do Imposto sobre Valor Agregado Europeu, recolhido pelo poder central e repartido entre as instâncias subnacionais, o imposto de consumo brasileiro possui, desde a sua criação em 1967 como ICM, uma estrutura de arrecadação integralmente estadual, peculiaridade mantida pela Constituição de 1988, ocasião em que foram incorporados alguns itens de serviços à sua base de recolhimento.

Respondendo por cerca de um quarto da arrecadação nacional de tributos, o ICMS possui regras subnacionais específicas de cobrança, com 27 legislações e 44 alíquotas, conferindo verdadeira autonomia tributária para os entes federados e oportunizando a intensificação dos conflitos fiscais entre aquelas unidades na atração de

empreendimentos, especialmente depois da consolidação das mudanças estruturais implementadas pela economia brasileira nos anos 90, com ênfase para a abertura comercial, a desregulamentação, as privatizações e a estabilidade monetária, com reflexos na desconcentração geográfica das novas inversões industriais.

A reforma em discussão tem caráter meramente fiscalista, sem qualquer ligação com componentes de competitividade

A interpretação quase generalizada nos meios econômicos é de que a reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional padece de timidez e de reduzida abrangência, estando longe do equacionamento dos problemas antes apontados, ao revelar um caráter meramente fiscalista, sem qualquer ligação com componentes que favoreceriam a competitividade.

Em alguns tópicos, o projeto chega mesmo a representar um retrocesso diante do sistema de impostos atual, especialmente quanto à manutenção dos tributos em cascata e à transformação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em gravame permanente (CMF), com alíquota de 0,38% e cuja redução futura ficaria na dependência dos ditames do Ministério da Fazenda, o que deve aprofundar arbitrariamente o desalinhamento e comprometer a eficiência microeconômica.

O exame mais acurado da proposta precipitou posturas de inquietação por parte dos governadores, preocupados mais com o agravamento das carências financeiras registradas pelos cofres dos tesouros estaduais, que estariam colocando os estados no "limite da governabilidade", do que com a ativação de requisitos à impulsão da taxa de investimento e/ou do comércio exterior do país.

Logo, proliferaram episódios mais contundentes no processo de tramitação da reforma, preponderantemente com o surgimento de impasses com os governadores e prefeitos e a fixação de pontos para

*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina.

negociação, derivados da imposição de certas exigências para a aprovação do conteúdo original, depois de passada a etapa de quase perfeita sincronização entre os 27 executivos estaduais e a administração federal.

Destaque-se que o ápice do bom relacionamento entre estados e União foi marcado pelo encaminhamento, em mutirão, do projeto de reforma tributária ao Congresso Nacional, pelo subsequente exercício de pressão sobre as respectivas bancadas e pela apologia do princípio da neutralidade, sem aumento de carga ou perda de arrecadação devido à indefinição da cobrança do ICMS na origem ou destino e à não alteração do pacto federativo (distribuição de meios e tarefas entre União, Estados e Municípios).

Especificamente, aqueles governadores começaram a defender a ampliação da participação federativa nos recursos da União por meio da repartição de 25% (para os estados) da Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e da CPMF (21,0% para os estados e 5,3% para os municípios). A Cide e a CPMF rendem à União R\$ 11,0 bilhões/ano e R\$ 24,0 bilhões/ano, respectivamente.

O pleito dos governadores fundamentava-se no argumento de que as contribuições (PIS/Pasep, Cofins, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e CPMF) estariam engrossando a carga tributária e, por extensão, o caixa do tesouro nacional, sobretudo a partir de 1994, sem a obrigatoriedade de partilha com estados e municípios.

Isso pode ser comprovado tanto pela elevação da carga quanto pelo avanço do peso das contribuições na arrecadação federal. O peso dos tributos no PIB saltou de 28% em 1994 para 36% em 2002, próximo dos países escandinavos, com serviços públicos padrão africano, e superior ao do México (18,3%), da Argentina (15,3%), dos Estados Unidos (28,9%) e do Japão (29,7%). As contribuições como proporção das receitas federais subiram de 25%, em 1988, para 55% em 2002. Desse modo, União, estados e municípios absorvem 64%, 23% e 13%, respectivamente, do bolo tributário total (incluindo as transferências).

Em outros termos, as instâncias subnacionais experimentaram compressão na participação nos valores creditados aos fundos constitucionais da União, em razão da divisão de apenas 45% da receita. Tanto é assim que a fatia dos municípios na arrecadação global federal recuou de 19,0% em 1990 para 13,0% em 2002.

Por seu turno, os municípios acrescentaram pedidos de socorro emergencial, diante da abrupta queda dos repasses federais do Fundo de Participação (FPM) de R\$ 2,1 bilhões em maio para R\$ 1,2 bilhão em junho de 2003, associada fundamentalmente ao quadro de recessão econômica e ao escalonamento das restituições do imposto de renda (IR), que vêm comprimindo os haveres do FPM, formados pelo IR e pelo Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Das receitas estaduais, os municípios abocanham 25% do ICMS e 50% do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Levantamento realizado pela Confederação Nacional dos Municípios registrou queda real de 4,0% no valor dos repasses no primeiro semestre de 2003

contra igual período de 2002. Se essa tendência não for revertida rapidamente, as administrações municipais poderão encontrar dificuldades inclusive para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no corrente ano. Por esse aspecto, o quadro prospectivo mostra-se mais agudo em razão da decisão do governo federal de diminuição da alíquota do IPI sobre os automóveis, em vez de optar pela redução da Cofins, que não afetaria os repasses subnacionais.

A fragilização das finanças municipais tem origem no pacto federativo de 1988

É impossível ignorar, contudo, que a penúria das finanças municipais tem raízes estruturais, vinculadas ao pacto federativo de 1988, que acabou por estimular a proliferação de novos municípios, altamente dependentes, em sua maioria, dos recursos do FPM, destinados à cobertura dos dispêndios com os serviços básicos, fato que dispensava a instituição de procedimentos técnicos mais rigorosos voltados ao aprimoramento da gestão financeira.

Nesse contexto, é preciso reconhecer que, na ótica do governo federal, o uso (e abuso) do expediente das contribuições, nos anos recentes, teria ocorrido em resposta ao descompasso instituído pela Constituição de 1988, que transferiu receitas sem a contrapartida de encargos para os entes federativos. Na mesma linha, as autoridades esclarecem que, na gestão Fernando Henrique Cardoso (FHC), a União teria assumido encargos adicionais com a onerosa rolagem dos passivos estaduais e de alguns municípios a juros subsidiados (parte da taxa Selic), evitando a falência de alguns, e ainda, que estados e municípios elevaram a arrecadação através do aprimoramento da eficiência do aparelho fisco-arrecadador ou do próprio aumento da carga de tributos.

Convém lembrar que a rolagem das dívidas obedeceu a um horizonte temporal de trinta anos, com os valores das amortizações atualizados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescidos de juros de 6% ao ano. Mesmo porque não haveria qualquer razão racional para os estados aceitarem remunerar débitos de longo prazo com taxas de curto prazo, caso da Selic.

O problema é que o emprego do IGP-DI na correção das parcelas provoca um descolamento entre os fluxos de receitas e os desembolsos mensais das prestações das dívidas estaduais, em razão da pronunciada influência exercida por choques de oferta na composição do índice, particularmente câmbio, petróleo e demais *commodities*. Em ambientes macroeconômicos abertos, recessivos e operando com câmbio flutuante, a repercussão inflacionária desses fatores negativos não atinge plenamente o varejo, ficando restrita, em grande medida, aos preços no atacado, e forçando a diminuição das margens das empresas não financeiras e/ou o declínio da produção, negócios e receitas fiscais.

Justamente por possuir uma estrutura de ponderação antiga (60% atacado, 30% varejo e 10% construção) e ser empregado nos reajustes de preços-chave (tarifas e dívidas), o IGP vem sendo alvo de diversas críticas e de recomendações dirigidas à sua aposentadoria. Não por acaso, durante a 15ª Reunião do Fórum Nacional de Secretários de Planejamento, os estados precipitaram um movimento para a revisão das regras de pagamento das dívidas junto à União, incluindo prazos, cálculo da receita corrente líquida sobre a qual é aplicado o teto de 13% de desembolso (como a retirada de alguns repasses vinculados, como o Fundef) e indexação. Nesse último ponto, seria crucial a substituição do IGP por índices ao consumidor que refletem a evolução dos preços de forma mais adequada.

Nesse sentido, parece razoável rejeitar a idéia de que ao reclamarem participação nas contribuições, os estados estariam desvirtuando o princípio basilar da reforma (neutralidade) e sinalizando diminuto comprometimento com o equilíbrio estrutural das finanças públicas e com as metas de geração de enormes superávits primários equivalentes a 4,25% do PIB, acordados pelas autoridades brasileiras com o FMI. É preciso entender que a reforma em negociação suprime graus de liberdade dos estados para a formulação de programas de inversões e de gastos públicos e que o arrocho fiscal praticado durante o governo FHC, intensificado na gestão Lula, é o grande responsável pelo cenário recessivo, viabilizado pela contínua transferência de recursos da órbita privada (empresas e consumidores) e dos governos estaduais e municipais para a União, sendo destinados primordialmente ao pagamento de juros da dívida interna.

O superávit primário do setor público atingiu R\$ 40 bilhões nos primeiros seis meses de 2003, correspondendo ao recorde histórico de 5,41% do PIB, contra R\$ 28,6 bilhões em idêntico intervalo de 2002, ou 4,66% do PIB. Ainda assim, o saldo líquido de receitas foi insuficiente para cobrir os juros pagos pelo setor público (tesouro, Banco Central, previdência, estados, municípios e estatais), que totalizaram R\$ 74,265 bilhões no mesmo período, ou 10,03% do PIB, contra R\$ 46,274 no primeiro semestre de 2002, ou 7,46% do PIB.

Para complicar ainda mais o quadro, mesmo as conquistas de simplificação e de racionalidade do sistema de impostos e de neutralização, ainda que parcial, do espaço para a realização da guerra fiscal, determinadas pela instituição de uma legislação nacional unificada do ICMS, não podem ser tomadas como definitivas.

Isso porque os principais pontos apresentados pelo relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 41/03, deputado federal Virgílio Guimarães, do Partido dos Trabalhadores (PT), acataram o novo arranjo do ICMS, com alíquotas uniformes em todo o território nacional, por mercadoria, bem ou serviço, em um número máximo de cinco, com percentual adicional de cinco pontos sobre três produtos, por três anos, para evitar a ocorrência de perdas durante a fase de transição. Ao mesmo tempo, as proposições rechaçaram qualquer rearranjo fiscal, factível a partir da repactuação das partilhas federativas e do

redesenho de competências entre os entes federados. O relator chegou a afirmar que a reforma fiscal deveria ser missão de um novo Congresso, eleito com um mandato constituinte específico.

O parecer do relator propôs a passagem gradual para a aplicação do princípio de destino na cobrança do ICMS, por meio da queda contínua das alíquotas interestaduais, atingindo o teto de 4% em um prazo de dez anos. Também preservou nas mãos do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), assento dos secretários estaduais de Fazenda, o poder de decisão sobre as alíquotas unificadas, em vez de repassar diretamente esta atribuição ao Senado Federal, fórum capaz de impedir, por exemplo, as elevações gerais de alíquotas, que deverão oscilar entre 4,5% (gêneros alimentícios) e 25,0%.

O documento também encampou integralmente os preceitos da Lei Complementar 87/1996, conhecida como Lei Kandir, estendendo a desoneração do ICMS e do IPI para bens de investimento (máquinas e equipamentos), também a ser estabelecida em lei. A Lei Kandir isenta do recolhimento do ICMS as exportações de produtos básicos e semi-elaborados. Adicionalmente, houve a recomendação de prorrogação, por mais dez anos, dos incentivos à Zona Franca de Manaus, que expirariam em 2013.

O relator ainda sugeriu a cobrança da Cofins, da Cide e do PIS sobre a importação de bens e serviços (o que conferiria alguma isonomia ao produtor nacional), a prorrogação da vigência da Desvinculação das Receitas da União (DRU) até dezembro de 2007, a não inclusão da CMF na partilha com estados e municípios e a permanência do dispositivo constitucional que isenta as vendas interestaduais de energia, petróleo, combustíveis e gás do recolhimento do ICMS.

É interessante compreender que a CMF praticamente esvazia o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza ao não manter a destinação dos 0,08% para tal fim e estabelecer apenas uma vinculação geral com a seguridade social. O mais grave, porém, é que o neotributarismo brasileiro ignora as “insuspeitas” avaliações do FMI, sugerindo que os débitos bancários sofram taxação reduzida e temporária em situações de crise fiscal.

Na verdade, aquela instituição reconhece que parte expressiva da receita acaba sendo paga pelo próprio governo, por meio da ampliação dos *spreads* para acomodar a cunha fiscal derivada da nova contribuição e, conseqüentemente, da elevação dos custos de intermediação financeira em um país que já registra enorme custo do capital, em razão de o oligopolizado sistema bancário não atender às suas funções básicas de oferta de crédito a taxas compatíveis para os segmentos produtivos.

O relator recomendou, adicionalmente, a manutenção e extensão do fundo de ressarcimento dos prejuízos derivados da desoneração fiscal (estimado entre R\$ 6,0 bilhões e R\$ 8,0 bilhões) e a prorrogação por mais oito anos dos incentivos e benefícios fiscais concedidos até 31 de julho de 2003, desde que autorizados por convênio, lei estadual ou distrital e direcionados ao fomento

econômico e à infra-estrutura social. O fundo será formado por 10% da arrecadação do IPI e por uma parcela dos impostos sobre importação e exportação, a ser definida em lei complementar, sendo que os estados deverão repassar 25% do montante aos municípios.

O relatório definiu também a alocação de 2% da arrecadação de IPI e IR para um fundo regional destinado a financiar inversões em infra-estrutura nas regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste e no Estado do Espírito Santo. Além disso, o texto propõe o fim da cumulatividade da Cofins (atualmente com alíquota de 3% sobre o faturamento das empresas) e sua cobrança sobre o valor adicionado, a progressividade na cobrança do Imposto sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis (ITBI), presentemente com alíquota de 2,0%, e o recolhimento progressivo do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (herança), atualmente de 4%. A PEC 41 começou a ser discutida na Comissão Especial de Reforma Tributária da Câmara no final de agosto de 2003.

O parecer do relator conseguiu desagradar à maioria dos agentes produtivos, multiplicando o conservadorismo implícito no projeto do governo

No final das contas, o relatório do deputado Virgílio Guimarães conseguiu a proeza de desagradar à maioria dos agentes produtivos, multiplicando o conservadorismo implícito no projeto do governo. Não bastasse a absoluta ausência de indicações de instituição de uma tributação mais adequada dos ganhos auferidos pelas instituições financeiras, a proposta não adentrou na estrutura de cobrança do imposto de renda, sepultou pleitos dos estados exportadores de energia (petróleo e combustíveis), ao manter a cobrança do ICMS nos locais de consumo, e continuou penalizando os estados em avanço industrial, por permitir o crédito do ICMS em bens de investimento no destino.

No caso da postergação dos prazos de vigência dos programas de estímulos e/ou de renúncias fiscais, há uma flagrante ausência de preocupação com o equilíbrio estrutural das finanças das unidades federadas, especialmente se se considerar o fato de que as empresas atraídas por essas benesses não precisariam das mesmas. Normalmente, as indústrias garimpadas ostentam elevada escala produtiva e financeira e priorizam, na escolha locacional, um conjunto de fatores macroambientais, subjacente à qualidade estrutural das regiões, com ênfase para infra-estrutura básica, qualidade da mão-de-obra e preocupações da sociedade local com o desenvolvimento sustentável.

Contudo, se a reforma emperrar no Congresso em 2003, suas chances de aprovação em 2004 serão exíguas, por conta do envolvimento de parlamentares, governadores e prefeitos com as eleições municipais, dando margem para a repetição do emprego de instrumentos transitórios de aumento de arrecadação, bastante comuns nos últimos oito anos.

Daí a idéia dominante acerca da premência em conquistar uma reforma incompleta em 2003, sujeita a

aperfeiçoamentos posteriores. Alguns parlamentares, apoiados por empresários e especialistas, argumentam que a reforma deveria concentrar-se em pontos específicos, como a manutenção do dispositivo de Desvinculação das Receitas da União - retirando do compartilhamento 20% das receitas da União -, a permanência da CPMF, a transformação da Cofins em Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e a desoneração do capital fixo e das exportações. De sua parte, o governo ficaria satisfeito com a aprovação da nova CPMF e da DRU.

Tal proposição serve apenas para subestimar os problemas do anárquico sistema tributário atual e superdimensionar os méritos das alterações sugeridas pelo governo Lula, no sentido da aprovação de um modelo que atende exclusivamente aos interesses da União, combatendo as receitas de estados e municípios, e que não pode sofrer mudanças radicais enquanto não forem superados os desajustes macroeconômicos do país.

Em contraposição, a Comissão Mista Especial da Câmara dos Deputados, amparada tecnicamente por tributaristas e economistas de reconhecida competência, ainda pode desenvolver esforços na direção da discussão e aprovação de uma reforma pró-crescimento econômico. Dentre as medidas propostas pelos especialistas destacam-se a eliminação dos impostos cumulativos (a exemplo do que foi feito em 2002 com o PIS), que representam 25% da carga total, a desoneração plena das exportações e dos investimentos, a definição de uma trajetória de redução gradual da alíquota da CPMF até a sua extinção, a cobrança do ICMS no destino, e a diminuição da regressividade com o declínio da taxa indireta (45% do total arrecadado, embutido nos preços das mercadorias e serviços pagos igualmente por ricos e pobres) e elevação das receitas com impostos diretos (renda e patrimônio, atualmente representando 20% do total). Em seu parecer, o relator do projeto na Câmara acenou com a possibilidade de, após um determinado período, a receita do ICMS ser repartida entre estados consumidores (75%) e produtores (25%).

Ao mesmo tempo, o trunfo disponível pelo *lobby* de governadores e prefeitos repousa no apoio dos 27 executivos estaduais e das bancadas do PMDB e dos partidos de oposição no Congresso Nacional (PFL e PSDB), que, agrupadas, representaram 40% dos votos da reforma da previdência. Por enquanto, os pontos fundamentais conquistados pelas entidades federadas resumem-se à promessa do presidente da República de repartição da Cide, a partir de janeiro de 2004, com destinação carimbada para obras rodoviárias (que deve ser ampliada no Congresso para dispêndios em infra-estrutura), e de exame da possibilidade de transferência da parcela da arrecadação da CPMF que suplantasse a inflação. No entanto, o governo esclareceu que mais da metade dos recursos da CPMF é canalizada para estados e municípios na forma de transferência para o Sistema Único de Saúde (SUS).

É importante recordar que o princípio de compartilhamento da arrecadação federal com os entes federados consta das Constituições de 1967 e 1988,

particularmente no inciso II do artigo 157. Por isso, é preciso qualificar a discussão da necessidade de inclusão das contribuições nos critérios de partilha, ainda que de forma temporalmente gradual, sob pena de repetição dos erros cometidos em 1988. Conforme já observado, na ocasião, em meio a pronunciadas pressões dos municípios para uma melhor repartição do bolo tributário, definiu-se, de maneira descompassada, a transferência de receitas em montantes superiores às atribuições.

Por fim, cabe ressaltar que alguns ganhos no sistema de tributos poderiam ser auferidos independentemente da aprovação da reforma tributária. Daí a necessidade da busca permanente de modificações infraconstitucionais, ou mesmo da adoção de instruções normativas e projetos de lei, capazes de eliminar a cumulatividade e minimizar as chances de utilização dos mecanismos de elisão fiscal, a exemplo da concessão de liminares contra a cobrança de impostos.

Nesse particular, convém sublinhar que o corte da cumulatividade do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), no final dos anos 60, ao lado de outras reformas institucionais, abriu caminho para a rápida expansão econômica do período do Milagre, ainda que com tributação concentrada nas mãos da União.

A discussão sobre a reforma tributária vem sendo bastante prejudicada pela ausência de um viés desenvolvimentista

No fundo, o debate sobre a reforma tributária vem sendo bastante prejudicado pela ausência de um viés desenvolvimentista e pela combinação entre embaraços políticos e distorções macroeconômicas, caracterizadas pelo antagonismo entre os propósitos de intocabilidade das receitas, manifestados pela União, e o redistributivismo federativo das contribuições, defendido por estados e municípios.

Mais precisamente, do ângulo político emerge o curto intervalo temporal de maturação da proposta de reforma no âmbito legislativo, incompatível com a necessidade de construção de um consenso entre os atores econômicos e sociais em torno de linhas mestras dirigidas ao crescimento econômico sustentado, com o aprimoramento da eficiência e redução de custos sistêmicos. Do lado macroeconômico surgem os efeitos do aprofundamento da recessão, principalmente quanto

à intransigência fiscal do governo federal, visando ao cumprimento das metas com o FMI, e às pressões dos entes federados para a obtenção de garantias de transferências de recursos menos suscetíveis ao comportamento do ciclo econômico.

Em outros termos, enquanto os agentes públicos desejam manter a arrecadação, desonerar as exportações e simplificar a cobrança de impostos, no caso do governo federal, ou ampliar a participação no bolo tributário, no que tange a estados e municípios, os atores privados (consumidores e empresas) pleiteiam a compressão da carga tributária.

Diante da impossibilidade concreta de conciliar os interesses tão díspares em um curto espaço de tempo, o plenário do Congresso Nacional não deveria se eximir em explorar o contraditório. Aquela casa legislativa poderia encaminhar dois conjuntos de decisões simultâneas: a aprovação da renovação da DRU e da prorrogação da CPMF (provisória) e a devolução do projeto de reforma tributária ao executivo para uma negociação criteriosa com a sociedade, incluindo itens como a diminuição da rigidez dos gastos públicos, notadamente quanto à questão das vinculações orçamentárias, e a aceleração do emprego eficiente dos recursos.

Por certo, não é lícito imaginar a repetição do passado, quando o estado era poupador e referência nas inversões em infra-estrutura. Mas, não soa adequado defender a progressiva transferência de recursos da órbita privada para um setor público empenhado prioritariamente na realização de despesas de qualidade duvidosa, principalmente o pagamento de juros das dívidas gêmeas construídas por sucessivos erros na gestão macroeconômica.

Isso é especialmente verdadeiro em um cenário de recessão, sintetizado na queda da massa de salários, derivada do declínio dos rendimentos reais e da elevação do desemprego, e na impulsão da taxa de desconforto (inflação mais desemprego em doze meses) para cerca de 27% em julho de 2003 contra menos de 20% em julho de 2002, já incorporando os efeitos da instabilidade econômica e política. Como agravante, algumas estimativas revelam que a capacidade de suporte contributiva média do sistema econômico brasileiro seria de cerca de 24% do PIB, quando comparada com países emergentes de porte semelhante, contra os 36% atuais.

NOTA

¹Por ocasião da conclusão deste texto (31/8/2003), o presidente da Câmara dos Deputados buscava o entendimento com os agentes econômicos e sociais (governadores, empresários, centrais sindicais e prefeitos) para a montagem de uma emenda aglutinativa em torno da reforma tributária.

O autor agradece as críticas e sugestões feitas por Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, economista e técnico do IPARDES, atual Secretário de Finanças do município de Quatro Barras.

Paraná – Destaques Econômicos*

*Julio Takeshi Suzuki Júnior,** Bruno Reinoso Hybner, Cleber Parnoff,***Joana de Mello e Silva Arruda*****

AGROPECUÁRIA

Cocamar investe na ampliação da capacidade de armazenagem

A Cooperativa de Cafeicultores de Maringá (Cocamar) investiu R\$ 10 milhões na construção de um novo graneleiro no complexo industrial da cooperativa, em Maringá, o qual deverá ser inaugurado brevemente.

O novo terminal, construído com recursos próprios, tem capacidade para armazenar 112 mil toneladas de grãos, suficiente para estocar boa parte da produção de milho dos cooperados já nesta safra de inverno. Com a conclusão dessas novas instalações, a capacidade de armazenamento da Cocamar será de cerca de 800 mil toneladas de grãos.

NOVO terminal graneleiro da Cocamar vai receber a safra de inverno. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 13 jul. 2003. p.10.

Coamo estima faturamento de R\$ 3 bilhões este ano

No ano de 2002, a Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo) exportou US\$ 315 milhões em mercadorias, com destaque para a soja e derivados. Em face deste resultado, a cooperativa consolidou a posição de 27ª maior empresa privada exportadora do país, liderando o *ranking* paranaense no setor agrícola.

Atualmente, a Coamo responde por 4,6% da produção nacional de soja e 20,4% da produção estadual. Já na produção de milho, a cooperativa contabiliza participação de 2,7% na produção nacional e de 10,3% em nível estadual. A empresa estima um faturamento de R\$ 3 bilhões em 2003, o que corresponde a um aumento de R\$ 730 milhões, comparativamente com o valor registrado no ano passado.

GARSCHAGEN, Sérgio. Coamo refaz previsões e prevê faturamento de R\$ 3 bilhões em 2003. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 14 jul. 2003. Caderno Finanças & Mercados, p.B16.

Rentabilidade da agricultura deverá ser menor na próxima safra

Os principais insumos utilizados na produção de grãos tiveram aumento médio de 40%, de junho de 2002 a junho deste ano, segundo levantamento do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab). O levantamento refere-se a uma “cesta” com 29 insumos, entre sementes, adubos e agrotóxicos.

Esse aumento dos preços dos insumos, aliado à tendência de baixa dos preços de alguns grãos, indica que a rentabilidade das atividades agrícolas poderá cair na próxima safra, após atingir razoáveis níveis nos últimos anos.

AVANSINI, Carolina. Agricultor ganhará menos na próxima safra. **Folha de Londrina**, 24 jul. 2003. Caderno Economia, p.4.

AGROINDÚSTRIA

Agrária investe em nova fábrica

A Cooperativa Agrária Mista Entre Rios (Agrária), localizada em Entre Rios, distrito de Guarapuava, deverá iniciar a produção de pré-misturas para panificadoras e confeitarias até o fim deste ano. Para isso, foram investidos aproximadamente R\$ 12 milhões na construção de uma nova fábrica, em parceria com a empresa alemã Ireks, detentora da tecnologia. O novo produto deverá consumir de 8% a 10% da farinha de trigo produzida pelo moinho da cooperativa.

Com faturamento estimado em R\$ 160 milhões em 2003, a Agrária possui cerca de 500 associados, distribuídos pelos entrepostos de Guarapuava, Colônia Vitória e Pinhão. Além disso, suas fábricas empregam cerca de 950 funcionários.

GUERIN, Mariana. Agrária aposta na diversificação de produtos. **Folha de Londrina**, 25 jul. 2003. Caderno Economia, p.4.

* Elaborado com informações disponíveis no período de 1/7/2003 a 31/8/2003.

** Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

*** Acadêmicos de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, estagiários do IPARDES.

**** Acadêmica de Administração da Unicenp, com habilitação em Comércio Exterior, estagiária do IPARDES.

Sadia transfere fábrica para o Paraná

A Sadia, empresa do ramo alimentício que anunciou lucro líquido de R\$ 182,8 milhões no primeiro semestre deste ano, irá transferir sua unidade industrial de produtos congelados de São Paulo para Ponta Grossa. A dilatação do prazo para pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), incentivo fiscal oferecido pelo governo do Estado do Paraná, contribuiu para a transferência da fábrica.

Com isso, cerca de 350 empregos serão criados na região de Ponta Grossa, contrastando com as demissões que ocorrerão em São Paulo. Atualmente, a Sadia emprega 33.882 pessoas no Brasil e conta com quatro unidades industriais no Paraná, incluindo a nova fábrica de Ponta Grossa.

CASADO, Vânia. Sadia transfere fábrica de SP para Ponta Grossa. **Folha de Londrina**, 2 ago. 2003. Caderno Economia, p.2.

INDÚSTRIA

Auto Linea poderá aumentar exportação

Motivada pelo anúncio do encerramento da produção do Fusca no México, a empresa paranaense Auto Linea, do grupo Hübner, transferiu sua gerência de comércio exterior para a capital do referido país, visando ao mercado de reposição de peças do automóvel.

A fábrica, localizada em Araucária, exigiu investimentos de US\$ 2,7 milhões para a sua instalação. Atualmente, a Auto Linea emprega quase 200 pessoas, sendo especializada na produção de blocos, cabeçotes, sistemas de direção e braços de suspensão. Em 2002, seu faturamento foi de US\$ 4,2 milhões.

A Auto Linea exporta 3 mil peças por mês para os Estados Unidos e 800 peças/mês para o México. Com o encerramento da produção do Fusca no México, espera-se que 4 mil peças/mês sejam destinadas ao país, garantindo um aumento de 15% no faturamento.

FIM do Fusca abre mercado para empresa do Paraná. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 16 jul. 2003. p.23.

KARAM, Miriam. Fim do Fusca deve elevar exportação da Auto Linea. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 jul. 2003. Caderno Empresas, p.B6.

DEQUECH, Candice. Fim do Fusca pode beneficiar fábrica de peças de Araucária. **Folha de Londrina**, 18 jul. 2003. Caderno Economia, p.3.

Montadoras encerram o primeiro semestre com aumento na produção

No primeiro semestre deste ano, a produção paranaense de veículos de passeio e máquinas agrícolas cresceu 9,83% em relação ao mesmo período do ano passado. Já a produção nacional cresceu 2,84%, alcançando o patamar de 921.597 unidades, das quais 86.074 foram produzidas no Paraná.

Relativamente ao nível do emprego nas montadoras paranaenses, houve crescimento de 4,23% nos primeiros seis meses do ano, com a criação de 308 postos de trabalho.

GASPARIN, Miriam. No semestre, cresce em 9,83% a produção das montadoras do PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 9 ago. 2003. p.22.

Kraft inaugura fábrica em Curitiba

No mês de agosto, a Kraft Foods do Brasil inaugurou uma nova unidade industrial em seu complexo localizado na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). A fábrica produzirá queijos, consolidando um programa de investimentos da ordem de US\$ 120 milhões, realizado pela Kraft no Paraná nos últimos três anos.

Atualmente, é a empresa industrial que mais emprega no Estado, com cerca de 4 mil funcionários.

ARAGÃO, Wágner de Alcântara. Complexo da Kraft representa uma aposta no país, diz Lula. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 ago. 2003. p.18.

AGUIAR, Eduardo. A mais moderna fábrica de queijo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 ago. 2003. p.18.

COMÉRCIO

Comércio de Curitiba e Região Metropolitana registra queda nas vendas

As vendas do comércio de Curitiba e Região Metropolitana registraram queda de 5,84% no período de janeiro a maio deste ano, em relação ao mesmo intervalo de 2002. Com esse resultado, os cinco primeiros meses deste ano ficaram marcados como o período de pior desempenho das vendas do comércio nos últimos dez anos.

Segundo pesquisa elaborada pela Federação do Comércio do Paraná, o emprego no setor caiu quase 4% entre janeiro e maio, na região, acompanhando a queda da renda dos comerciários, que recuou quase 10%. Esse quadro se deve principalmente às altas taxas de desemprego, aos preços em alta, aos elevados juros e ao declínio da renda da população.

CASADO, Vânia. Vendas do comércio desabam em Curitiba. **Folha de Londrina**, 10 jul. 2003. Caderno Economia, p.2.

Wal-Mart abre outra unidade em Curitiba

O Wal-Mart, rede de varejo norte-americana, inaugurou sua segunda unidade em Curitiba, após permanecer durante todo o ano passado sem instalar novos hipermercados no país. Com isso, a capital paranaense continua se destacando na atração de investimentos das grandes redes de varejo.

O novo hipermercado tem área total de 13,5 mil metros quadrados, sendo 7,5 mil m² só de área de venda. A multinacional americana está construindo também outra unidade Sam's CLUB em Curitiba, com inauguração prevista para o final do ano.

FACCHINI, Claudia. Wal-Mart abre loja em Curitiba. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 jul. 2003. Caderno Empresas, p.B3.

BUENO, Priscila. Rede Wal-Mart abre hoje a 2ª unidade em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 jul. 2003. p.22.

COMÉRCIO EXTERIOR

Volks é a maior exportadora do Paraná

A fábrica da Volkswagen/Audi em São José dos Pinhais, que produz cerca de 400 carros diários e emprega 2,6 mil pessoas, repetiu o desempenho obtido há dois anos consecutivos e se manteve como a maior empresa exportadora do Paraná em 2002.

No ano passado, das 137 mil unidades enviadas ao exterior pela Volkswagen do Brasil, 53,9 mil foram produzidas no Paraná. A unidade paranaense exigiu investimentos da ordem de US\$ 800 milhões, marcando o processo de descentralização das operações da multinacional alemã, que até então mantinha fábricas apenas no Estado de São Paulo.

RIOS, Cristina. Volks lidera exportação paranaense mais uma vez. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 14 jul. 2003. Caderno Finanças & Mercados, p.B16.

SERVIÇOS

Empresa de *software* transfere operações para Londrina

A K2 Solutions, indústria especializada na produção de *software* para gerenciamento financeiro, telecomunicações e varejo, vai transferir suas atividades de São Paulo para Londrina até o fim de 2005. Escolheu-se a cidade devido ao potencial tecnológico da região e ao custo de mão-de-obra, muito mais baixo que o paulistano.

Para a instalação da fábrica em Londrina foi necessário investimento inicial de R\$ 5 milhões. O faturamento poderá alcançar R\$ 50 milhões já neste ano, sendo 10% desse total oriundo das exportações da empresa. A prefeitura da cidade estima que a empresa poderá acrescentar até R\$ 2,5 milhões por ano em seu orçamento, com a arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS). Além disso, a K2 deverá gerar 700 vagas na área de informática nos próximos dois anos.

MASCHIO, Alan. Londrina contará com indústria de software. **Folha de Londrina**, 5 ago. 2003. Caderno Economia, p.3.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2003

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 157	81 534	2 319	75 477	182 509	2 418	32 976	634 226	19 233
2003 ⁽¹⁾	30 040	71 477	2 379	71 386	187 896	2 632	32 806	622 916	18 988

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	130 782	145 260	1 111	356 891	28 121 971	78 797	51 395	73 262	1 425
2003 ⁽¹⁾	125 999	120 980	960	369 650	30 851 093	83 460	47 810	130 848	2 737

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2003

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	524 503	612 311	1 167	157 837	3 427 062	21 713	2 492 738	9 678 523	3 883
2003 ⁽¹⁾	538 746	703 056	1 305	110 869	2 373 474	21 408	2 818 328	13 796 669	4 895

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	505	1 075	2 129	3 294 890	9 407 606	2 855	1 076 363	1 583 328	1 471
2003 ⁽¹⁾	539	1 361	2 525	3 640 150	10 990 941	3 019	1 166 188	2 678 198	2 297

FONTES: Seab/Deral, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - JULHO 2003

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
Janeiro	359 266	2 307 510	0,16	574 508	45 312	12,68	223 110	248 486	0,90	98 221	306 867	0,32
Fevereiro	356 707	2 303 313	0,15	591 444	45 142	13,10	224 376	246 867	0,91	102 943	302 028	0,34
Março	345 798	2 317 426	0,15	624 228	45 342	13,77	229 898	248 041	0,93	102 100	304 884	0,33
Abril	380 086	2 326 035	0,16	633 133	45 348	13,96	256 015	249 126	1,03	108 643	306 399	0,35
Maio	367 783	2 330 219	0,16	633 833	45 411	13,96	230 954	249 449	0,93	106 253	307 423	0,35
Junho	356 695	2 332 046	0,15	641 085	45 468	14,10	213 957	249 801	0,86	99 786	307 766	0,32
Julho	345 858	2 331 731	0,15	638 103	45 380	14,06	208 313	249 501	0,83	98 669	308 952	0,32
Agosto	356 488	2 342 351	0,15	668 296	45 686	14,63	217 121	250 439	0,87	95 711	309 653	0,31
Setembro	360 375	2 349 687	0,15	664 903	45 980	14,46	223 906	250 973	0,89	98 567	310 352	0,32
Outubro	353 712	2 348 161	0,15	662 048	45 991	14,40	226 421	250 631	0,90	99 808	310 746	0,32
Novembro	370 490	2 361 596	0,16	623 449	46 293	13,47	235 841	251 868	0,94	103 530	312 599	0,33
Dezembro	353 382	2 361 718	0,15	599 394	46 383	12,92	236 328	252 031	0,94	101 945	313 642	0,33
2003												
Janeiro	386 855	2 376 132	0,16	577 086	46 511	12,41	242 493	252 399	0,96	107 699	314 801	0,34
Fevereiro	370 475	2 369 600	0,16	593 402	46 326	12,81	246 521	251 170	0,98	111 083	315 234	0,35
Março	359 105	2 381 021	0,15	577 534	46 481	12,43	250 746	252 072	0,99	108 661	312 328	0,35
Abril	370 430	2 390 008	0,15	602 993	46 824	12,88	251 285	252 375	1,00	105 646	312 203	0,34
Maio	355 220	2 386 387	0,15	579 076	46 982	12,33	225 974	252 276	0,90	103 019	316 208	0,33
Junho	361 990	2 396 760	0,15	604 812	47 297	12,79	224 627	253 212	0,89	99 301	318 503	0,31
Julho	356 125	2 404 571	0,15	608 305	47 621	12,77	219 125	253 921	0,86	98 996	318 552	0,31

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982 - JULHO 2003

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
Janeiro	55 923	4 140	13,51	44 511	3 356	13,26	1 560	624	2,50	1 357 099	2 916 295	0,47
Fevereiro	56 143	4 164	13,48	43 768	3 331	13,14	2 487	613	4,06	1 377 868	2 905 458	0,47
Março	56 488	4 173	13,54	42 428	3 348	12,67	1 631	593	2,75	1 402 571	2 923 807	0,48
Abril	56 048	4 184	13,40	46 492	3 395	13,69	1 689	586	2,88	1 482 106	2 935 073	0,50
Mai	56 280	4 215	13,35	43 704	3 402	12,85	1 677	592	2,83	1 440 484	2 940 711	0,49
Junho	56 136	4 245	13,22	43 368	3 412	12,71	1 636	585	2,80	1 412 663	2 943 323	0,48
Julho	55 577	4 261	13,04	41 560	3 427	12,13	1 493	587	2,54	1 370 298	2 943 839	0,47
Agosto	56 073	4 291	13,07	43 462	3 457	12,57	1 561	586	2,66	1 438 712	2 956 463	0,49
Setembro	56 231	4 323	13,01	43 533	3 474	12,53	1 562	587	2,66	1 449 077	2 965 376	0,49
Outubro	56 315	4 380	12,86	44 066	3 489	12,63	1 556	583	2,67	1 443 926	2 963 981	0,49
Novembro	55 678	4 389	12,69	44 736	3 482	12,85	1 664	585	2,84	1 435 388	2 980 812	0,48
Dezembro	55 814	4 399	12,69	43 771	3 492	12,53	1 580	582	2,71	1 392 214	2 982 247	0,47
2003												
Janeiro	55 670	4 411	12,62	46 845	3 490	13,42	1 721	584	2,95	1 418 369	2 998 328	0,47
Fevereiro	55 755	4 412	12,64	46 587	3 476	13,40	1 665	580	2,87	1 425 488	2 990 798	0,48
Março	55 417	4 439	12,48	43 710	3 482	12,55	1 659	583	2,85	1 396 831	3 000 406	0,47
Abril	55 689	4 463	12,48	45 571	3 461	13,17	1 689	581	2,91	1 433 303	3 009 915	0,48
Mai	55 795	4 497	12,41	44 310	3 469	12,77	1 558	581	2,68	1 364 952	3 010 400	0,45
Junho	55 811	4 517	12,36	44 738	3 487	12,83	1 496	583	2,57	1 392 775	3 024 359	0,46
Julho	56 182	4 540	12,37	44 003	3 492	12,60	1 529	584	2,62	1 384 265	3 033 281	0,46

FONTE: Copel

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2002

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 345
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 244	52,00	560 259	11,54	1 741 015	35,87	28 727	0,59	4 854 245
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 996
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002 ⁽¹⁾	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199

FONTE: MDIC/Secex

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2001-2002

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PR/BR	
	2002		2001		Variação (%)	2002		2001		Variação (%)	2002 (%)	2001 (%)
	US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)		US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)			
EXPORTAÇÃO	5 700 199	100,00	5 317 509	100,00	7,20	60 361 786	100,00	58 222 642	100,00	3,67	9,44	9,13
União Européia	1 859 928	32,63	1 890 819	35,56	-1,63	15 113 391	25,04	14 865 365	25,53	1,67	12,31	12,72
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	1 038 758	18,22	957 412	18,00	8,50	15 534 804	25,74	14 378 147	24,70	8,04	6,69	6,66
Ásia (excl. Oriente Médio)	1 030 639	18,08	669 484	12,59	53,95	8 791 091	14,56	6 949 361	11,94	26,50	11,72	9,63
Oriente Médio	386 732	6,78	399 050	7,50	-3,09	2 341 756	3,88	2 041 257	3,51	14,72	16,51	19,55
Demais da Aladi	377 528	6,62	325 118	6,11	16,12	6 555 422	10,86	5 860 932	10,07	11,85	5,76	5,55
África	269 214	4,72	154 952	2,91	73,74	2 362 317	3,91	1 988 425	3,42	18,80	11,40	7,79
Mercosul	262 404	4,60	522 097	9,82	-49,74	3 310 817	5,48	6 363 655	10,93	-47,97	7,93	8,20
Europa Oriental	200 826	3,52	197 531	3,71	1,67	1 754 912	2,91	1 699 118	2,92	3,28	11,44	11,63
Outros ⁽¹⁾	274 170	4,81	201 046	3,78	36,37	4 597 276	7,62	4 076 382	7,00	12,78	5,96	4,93
IMPORTAÇÃO	3 333 814	100,00	4 929 457	100,00	-32,37	47 231 932	100,00	55 572 176	100,00	-15,01	7,06	8,87
União Européia	1 312 331	39,36	1 921 364	38,98	-31,70	13 069 515	27,67	14 822 476	26,67	-11,83	10,04	12,96
Mercosul	582 573	17,47	816 674	16,57	-28,67	5 615 048	11,89	7 009 316	12,61	-19,89	10,38	11,65
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	398 462	11,95	610 193	12,38	-34,70	10 437 889	22,10	13 043 347	23,47	-19,98	3,82	4,68
Ásia (excl. Oriente Médio)	315 346	9,46	409 865	8,31	-23,06	7 996 372	16,93	8 925 697	16,06	-10,41	3,94	4,59
África	232 895	6,99	468 845	9,51	-50,33	2 686 694	5,69	3 330 948	5,99	-19,34	8,67	14,08
Demais da Aladi	142 639	4,28	293 469	5,95	-51,40	2 610 788	5,53	2 991 963	5,38	-12,74	5,46	9,81
Europa Oriental	133 209	4,00	140 971	2,86	-5,51	918 720	1,95	1 112 520	2,00	-17,42	14,50	12,67
Oriente Médio	102 720	3,08	128 581	2,61	-20,11	1 479 413	3,13	1 472 282	2,65	0,48	6,94	8,73
Outros	139 509	3,41	190 062	2,83	-18,54	2 417 493	5,12	2 863 627	5,15	-15,58	4,70	4,87

FONTE: MDIC/Secex/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 5 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JAN-JUL 2002-2003

GRUPO/ITEM	2003		2002		VARIACÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Soja	1 509 829	38,54	598 741	24,28	152,17
Grão	781 775	19,95	250 395	10,15	212,22
Farelo	444 349	11,34	255 468	10,36	73,94
Óleo	283 705	7,24	92 878	3,77	205,46
Material de transporte	823 591	21,02	671 238	27,22	22,70
Automóveis	396 460	10,12	383 940	15,57	3,26
Motores para autoveículos	207 843	5,30	144 118	5,84	44,22
Autopeças	126 231	3,22	94 034	3,81	34,24
Tratores e partes	50 782	1,30	26 433	1,07	92,11
Chassis e carroçarias p/autoveículos comerciais	24 725	0,63	14 197	0,58	74,15
Autoveículos comerciais leves e pesados	15 441	0,39	7 168	0,29	115,42
Outros	2 110	0,05	1 348	0,05	56,51
Madeira	382 786	9,77	317 169	12,86	20,69
Compensados	162 045	4,14	117 421	4,76	38,00
Serradas	97 486	2,49	90 987	3,69	7,14
Obras de marcenaria/carpintaria	39 961	1,02	33 166	1,34	20,49
Molduras	35 914	0,92	39 998	1,62	- 10,21
Outros	47 379	1,21	35 598	1,44	33,10
Carnes	337 074	8,60	219 191	8,89	53,78
Aves	247 282	6,31	158 298	6,42	56,21
Suínos	48 690	1,24	29 191	1,18	66,80
Bovinos	32 464	0,83	25 497	1,03	27,33
Outros	8 638	0,22	6 206	0,25	39,19
Cereais	129 716	3,31	132 087	5,36	- 1,79
Milho	129 563	3,31	131 709	5,34	- 1,63
Outros	153	0,00	377	0,02	- 59,33
Papel	95 386	2,43	73 094	2,96	30,50
<i>Kraftliner</i> para cobertura	26 153	0,67	15 335	0,62	70,54
Cochê	18 425	0,47	14 299	0,58	28,86
<i>Kraft</i> p/escrita, impressão e gráfica	17 633	0,45	10 624	0,43	65,97
Outros	33 175	0,85	32 836	1,33	1,03
Máquinas e instrumentos mecânicos	92 771	2,37	56 030	2,27	65,57
Máquinas e implementos agrícolas	19 806	0,51	10 882	0,44	82,00
Refrigeradores/congeladores	16 799	0,43	10 072	0,41	66,79
Componentes hidráulicos	13 271	0,34	3 465	0,14	283,02
Outros	42 896	1,09	31 611	1,28	35,70
Café	84 748	2,16	63 171	2,56	34,16
Solúvel	56 139	1,43	40 165	1,63	39,77
Grãos	22 607	0,58	15 574	0,63	45,16
Extratos, essências e concentrados	6 001	0,15	7 432	0,30	- 19,25
Açúcar	77 260	1,97	41 504	1,68	86,15
Em bruto	77 010	1,97	30 480	1,24	152,66
Refinado	249	0,01	11 023	0,45	- 97,74
Metais comuns	53 066	1,35	31 488	1,28	68,53
Artefatos de ferro/aço	9 992	0,26	8 486	0,34	17,75
Outros	43 074	1,10	23 003	0,93	87,26
Químicos diversos	45 499	1,16	34 708	1,41	31,09
Couros e artigos derivados	38 554	0,98	51 729	2,10	- 25,47
Couro preparado ou curtido	22 258	0,57	36 588	1,48	- 39,17
Outros	16 296	0,42	15 141	0,61	7,63
Aduos e fertilizantes	23 542	0,60	3 776	0,15	523,46
Material elétrico	21 010	0,54	17 020	0,69	23,44
Componentes de telefonia/telegrafia	7 151	0,18	4 056	0,16	76,29
Condutores (inclui fibras óticas)	3 237	0,08	3 003	0,12	7,81
Outros	10 622	0,27	9 961	0,40	6,64
Minerais não metálicos	20 579	0,53	19 435	0,79	5,89
Outros	182 618	4,66	135 668	5,50	34,61
TOTAL GERAL	3 918 029	100,00	2 466 050	100,00	58,88

FONTE: MDIC/Secex/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 6 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS - JAN-JUL 2002-2003

GRUPO/ITEM	2003		2002		VARIÇÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Material de transporte	514 419	26,86	513 745	26,70	0,13
Autopeças	391 752	20,46	355 259	20,34	10,27
Motores para autoveículos	62 394	3,26	57 701	3,24	8,13
Automóveis	24 792	1,29	40 443	1,29	- 38,70
Tratores	11 912	0,62	11 054	0,62	7,77
Pneumáticos	7 966	0,42	27 868	0,41	- 71,42
Autoveículos comerciais leves e pesados	4 398	0,23	8 846	0,23	- 50,28
Outros	11 206	0,59	12 576	0,58	- 10,89
Máquinas e instrumentos mecânicos	200 853	10,49	239 866	10,43	- 16,26
Aparelhos de ar e compressores	39 423	2,06	33 394	2,05	18,05
Máquinas para usinagem de metais	16 764	0,88	23 824	0,87	- 29,64
Componentes hidráulicos	13 868	0,72	9 273	0,72	49,55
Partes de bombas p/ líquidos	12 764	0,67	7 614	0,66	67,64
Rolamentos e esferas	10 869	0,57	8 469	0,56	28,34
Máquinas p/ indústria de papel e celulose	5 863	0,31	18 346	0,30	- 68,04
Outros	101 303	5,29	138 945	5,26	- 27,09
Combustíveis e lubrificantes	192 422	10,05	237 268	9,99	- 18,90
Óleo bruto de petróleo	164 826	8,61	228 553	8,56	- 27,88
Gases liquefeitos	15 691	0,82	0	0,81	-
Outros	11 905	0,62	8 715	0,62	36,61
Material elétrico	152 914	7,98	127 818	7,94	19,63
Componentes eletroeletrônicos	22 519	1,18	13 102	1,17	71,88
Equipamentos de telecomunicações/telefonia	19 421	1,01	14 586	1,01	33,15
Dispositivos de conexão/interrupção elétrica	13 359	0,70	10 991	0,69	21,55
Transformadores/conversores	8 471	0,44	6 791	0,44	24,74
Outros	89 143	4,65	82 348	4,63	8,25
Adubos e fertilizantes	151 798	7,93	98 607	7,88	53,94
Potássicos	63 668	3,32	50 502	3,30	26,07
Nitrogenados	32 140	1,68	19 090	1,67	68,36
Outros	55 991	2,92	29 015	2,91	92,97
Soja	133 318	6,96	79 706	6,92	67,26
Grão	127 017	6,63	73 530	6,59	72,74
Outros	6 300	0,33	6 176	0,33	2,01
Produtos químicos diversos	129 075	6,74	137 113	6,70	- 5,86
Metais comuns	64 353	3,36	64 041	3,34	0,49
Artefatos de ferro/aço	32 846	1,72	25 065	1,70	31,05
Materiais de alumínio	9 347	0,49	12 849	0,49	- 27,25
Outros	22 160	1,16	26 128	1,15	- 15,19
Cereais	59 693	3,12	44 853	3,10	33,09
Trigo	44 293	2,31	29 784	2,30	48,71
Milho	4 823	0,25	5 966	0,25	- 19,15
Outros	10 577	0,55	9 102	0,55	16,20
Matérias plásticas	58 015	3,03	83 439	3,01	- 30,47
Matérias-primas plásticas	18 964	0,99	45 714	0,98	- 58,52
Artefatos plásticos	18 196	0,95	17 102	0,94	6,40
Chapas, folhas e tiras plásticas	14 063	0,73	14 164	0,73	- 0,71
Outros	6 791	0,35	6 459	0,35	5,15
Papel e celulose	39 506	2,06	38 234	2,05	3,33
Pasta química	22 691	1,18	15 835	1,18	43,30
Outros	16 815	0,88	22 399	0,87	- 24,93
Artefatos de borracha	30 276	1,58	25 445	1,57	18,98
Fios e tecidos	27 001	1,41	42 612	1,40	- 36,64
Sintéticos	26 949	1,41	42 356	1,40	- 36,38
Outros	52	0,00	256	0,00	- 79,58
Minerais não metálicos	18 396	0,96	18 395	0,95	0,00
Outros	143 063	7,47	175 338	7,43	- 18,41
TOTAL GERAL	1 915 103	100,00	1 926 481	100,00	- 0,59

FONTE: MDIC/Secex/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 7 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2003

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 907	2 464 872	1 781 035	47 746 726	53 301 014	-5 554 288
1997	4 854 032	3 463 217	1 390 815	52 990 115	61 352 028	-8 361 913
1998	4 227 995	4 063 890	164 104	51 139 862	57 714 365	-6 574 504
1999	3 932 564	3 699 105	233 459	48 011 444	49 210 314	-1 198 870
2000	4 392 091	4 685 670	-293 579	55 085 595	55 834 343	-748 748
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 466
Janeiro	342 031	481 604	-139 572	4 537 905	5 014 230	-476 324
Fevereiro	291 205	363 087	-71 882	4 083 023	4 005 275	77 748
Março	362 878	446 295	-83 417	5 167 500	5 447 377	-279 878
Abril	514 221	521 807	-7 586	4 729 698	4 609 505	120 193
Maio	558 895	447 120	111 775	5 367 054	5 156 176	210 878
Junho	507 973	408 387	99 586	5 041 980	4 761 558	280 422
Julho	470 541	387 233	83 308	4 964 485	4 856 733	107 752
Agosto	553 452	471 362	82 090	5 727 436	5 099 365	628 071
Setembro	432 857	413 283	19 574	4 754 965	4 159 224	595 742
Outubro	501 703	397 449	104 254	5 002 529	4 756 599	245 929
Novembro	416 262	345 699	70 562	4 500 260	4 213 399	286 861
Dezembro	365 491	246 131	119 360	4 345 808	3 492 735	853 073
2002	5 700 199	3 333.303	2 366 897	60 361 786	47 227 204	13 134 582
Janeiro	250 849	238 354	12 495	3 971 829	3 802 444	169 385
Fevereiro	309 359	250 341	59 018	3 658 349	3 396 788	261 561
Março	332 361	266 041	66 320	4 260 412	3 662 948	597 464
Abril	372 907	338 203	34 704	4 641 400	4 141 868	499 531
Maio	364 982	312 697	52 284	4 441 380	4 063 263	378 117
Junho	343 324	231 296	112 027	4 078 559	3 399 611	678 948
Julho	492 269	289 527	202 742	6 223 334	5 020 022	1 203 312
Agosto	449 584	269 202	180 382	5 751 020	4 173 551	1 577 469
Setembro	1 294 671	274 074	1 020 597	6 491 807	3 990 272	2 501 535
Outubro	627 998	332 745	295 252	6 474 408	4 272 416	2 201 992
Novembro	502 314	259 128	243 187	5 126 951	3 858 063	1 268 888
Dezembro	359 582	271 693	87 888	5 242 336	3 445 957	1 796 379
2003 ⁽¹⁾	3 918 030	1 915 103	2 002 927	39 106 784	26 648 944	12 457 840
Janeiro	415 305	232 153	183 152	4 805 211	3 650 035	1 155 176
Fevereiro	405 642	230 864	174 778	5 001 174	3 885 377	1 115 797
Março	530 027	268 303	261 724	5 238 699	3 695 527	1 543 172
Abril	657 474	289 702	367 772	5 710 491	3 993 837	1 716 653
Maio	716 000	269 940	446 060	6 372 184	3 858 896	2 513 288
Junho	630 768	286 863	343 905	5 874 570	3 517 940	2 356 630
Julho	562 814	337 279	225 535	6 104 456	4 047 332	2 057 123

FONTE: MDIC/Secex/AliceWeb

(1) Dados preliminares.

TABELA 8 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999-JULHO 2003

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Março	0,40
2000	6,23	Abril	0,78
2001	5,90	Maio	0,47
Janeiro	0,89	Junho	0,55
Fevereiro	-0,17	Julho	0,52
Março	0,17	Agosto	0,60
Abril	0,67	Setembro	1,12
Maio	0,45	Outubro	1,44
Junho	0,31	Novembro	2,95
Julho	1,05	Dezembro	1,53
Agosto	0,30	2003	5,10
Setembro	0,31	Janeiro	1,88
Outubro	0,72	Fevereiro	0,61
Novembro	0,42	Março	1,19
Dezembro	0,64	Abril	0,87
2002	12,02	Maio	0,51
Janeiro	0,88	Junho	-0,11
Fevereiro	0,20	Julho	0,06

FONTE: IPARDES

TABELA 9 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-JULHO 2003

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	Maio	43	892
1977	1 356	8 826	Junho	81	900
1978	1 614	9 636	Julho	52	929
1979	1 635	12 575	Agosto	78	719
1980	1 936	13 482	Setembro	129	695
1981	1 954	14 105	Outubro	213	741
1982	1 179	6 606	Novembro	260	613
1983	1 079	3 345	Dezembro	264	614
1984	1 748	7 921	2002	2 448	9 752
1985	2 167	9 728	Janeiro	301	401
1986	2 029	10 588	Fevereiro	279	652
1987	2 121	9 479	Março	286	702
1988	1 567	8 847	Abril	132	901
1989	1 386	6 189	Maio	126	787
1990	885	4 111	Junho	128	635
1991	584	2 677	Julho	40	1 180
1992	593	2 893	Agosto	142	921
1993	1 038	4 475	Setembro	234	1 066
1994	1 707	9 011	Outubro	292	1 148
1995	859	5 095	Novembro	270	860
1996	897	4 180	Dezembro	218	499
1997	1 296	6 062	2003	1 442	5 996
1998	1 380	6 025	Janeiro	220	478
1999	1 351	4 854	Fevereiro	238	734
2000	1 692	6 251	Março	247	776
2001	2 046	8 307	Abril	129	955
Janeiro	265	237	Maio	192	1 040
Fevereiro	233	615	Junho	196	929
Março	278	851	Julho	220	1 084
Abril	150	501			

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 10 - PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS, NO PARANÁ - 1999-JULHO 2003

ANO	PRODUÇÃO (unidades)		
	COMERCIAIS LEVES ⁽¹⁾	COMERCIAIS PESADOS	AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E DE USO MISTO
1999	4 677	4 176	41 864
2000	4 945	6 272	132 149
2001	1 755	5 854	169 441
Janeiro	423	437	8 945
Fevereiro	584	423	13 872
Março	448	595	17 092
Abril	300	575	17 049
Maio	-	793	21 740
Junho	-	354	15 415
Julho	-	555	16 699
Agosto	-	529	15 640
Setembro	-	470	14 456
Outubro	-	476	11 801
Novembro	-	319	12 739
Dezembro	-	328	3 993
2002	5 063	5 552	131 285
Janeiro	1	241	4 722
Fevereiro	6	432	10 956
Março	9	520	12 335
Abril	447	554	13 080
Maio	523	526	12 137
Junho	671	463	10 720
Julho	749	474	13 169
Agosto	520	397	10 048
Setembro	632	501	11 435
Outubro	737	552	13 479
Novembro	654	455	10 351
Dezembro	114	437	8 853
2003	4 877	3 308	77 383
Janeiro	528	399	11 354
Fevereiro	789	486	13 218
Março	712	466	12 386
Abril	636	398	10 499
Maio	821	560	13 296
Junho	799	405	9 901
Julho	592	594	6 729

FONTE: Anfavea

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Não inclui a picape Saveiro, veículo produzido em fábricas localizadas em São Bernardo do Campo (SP) e São José dos Pinhais (PR).

TABELA 11 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - DEZEMBRO 2002-JULHO 2003

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2002	
Dezembro	6,40
2003	
Janeiro	7,80
Fevereiro	9,00
Março	10,00
Abril	9,60
Maio	10,20
Junho	10,20
Julho	10,30

FONTES: IPARDES-PME, IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.